

### Editorial

## PARA DEFESA DAS LIBERDADES

A partir dos acontecimentos em torno do 25 de Novembro a revolução portuguesa entrou numa nova fase. A grande depuração de militares de esquerda e o desmantelamento de algumas unidades enfraquecem as forças revolucionárias no seu conjunto e permitiram um sério avanço das forças da reacção.

Uma onda de ataques, acusações, mentiras, calúnias cai sobre as forças da esquerda. Explorando o êxito, marchando pelo caminho aberto pelo PS e por alguns sectores do MFA, a reacção lança-se ao ataque às liberdades e à revolução e procura agora empurrar a viragem à direita até à instauração de uma nova ditadura.

### AS SUBLEVAÇÕES DO 25 DE NOVEMBRO

Com arrogância que mostra bem os seus propósitos, a reacção (e aliados seus) pretende lançar uma vasta operação repressiva contra o movimento operário e as forças progressistas em volta daquilo a que chama o «golpe» ou a «insurreição» de 25 de Novembro. Desta palavra «golpe» tem havido uso e abuso. Ao longo dos primeiros 19 meses de revolução, sempre que a direita preparava os seus próprios golpes (e eles foram vários), logo começava a justificar-se com pretensos golpes da esquerda.

Em relação ao 25 de Novembro, por todos os dados disponíveis, as designações «golpe» ou «insurreição» não se adaptam aos acontecimentos. O que se pode afirmar é que, numa situação de aguda crise político-militar, se tratou da convergência de sublevações diversas, cada qual com o seu processo próprio e os seus objectivos próprios imediatos.

A sublevação dos pára-quedistas, segundo o comunicado destes do dia 27, visava uma substituição na hierarquia. As sublevações em unidades da guarnição de Lisboa tinham como objectivo contestar a substituição do governador militar da região. Os objectivos eram concretos e limitados.

As sublevações inseriram-se numa situação militar particularmente agitada, confusa e complexa, provocada por um lado pela vaga de saneamentos à esquerda e de tentativas de eliminar sectores revolucionários nas forças armadas e provocada, por outro lado, pelo verbalismo e a conduta esquerdista, anarquista, desagregadora e irresponsável de grupos e indivíduos extremamente sectários que procuraram evitar uma solução política negociada defendida pelo PCP e lançar passo a passo as forças revolucionárias civis e militares em confrontos que só à direita poderiam aproveitar.

Travou-se cerrada luta pela manutenção ou a destituição de tais ou tais oficiais. Difícil era afirmar, em cada caso, quem acabaria por ficar ou por largar. Não parece válido que forças de direita censurem a luta de forças de esquerda para manter posições, quando a própria direita em muitos casos se insurgiu, sem respeitar a disciplina ou a ética, contra as autoridades legítimas, para contestar a hierarquia e comandantes progressistas.

(Continua na pág. 2)

# O PCP RESPONDE À REACÇÃO NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Pág. 2



**SAUDAÇÃO dos camaradas que se evadiram**

Às forças armadas revolucionárias e à sua Direcção, que se evadiram da reacção e se juntaram ao movimento revolucionário, para defender a revolução e a liberdade.

**A HERÓICA FUGA DE CXIAS!**  
Comunicado do Secretariado do Comité Central

Às forças armadas revolucionárias e à sua Direcção, que se evadiram da reacção e se juntaram ao movimento revolucionário, para defender a revolução e a liberdade.

**PARA CONDUZIR O LEVANTAMENTO NACIONAL**  
LUTAS DE MASSAS E NÃO GRUPOS ARMADOS

Às forças armadas revolucionárias e à sua Direcção, que se evadiram da reacção e se juntaram ao movimento revolucionário, para defender a revolução e a liberdade.

**FALECERAM FOSTER E URIBE**

Às forças armadas revolucionárias e à sua Direcção, que se evadiram da reacção e se juntaram ao movimento revolucionário, para defender a revolução e a liberdade.

## ELPISTAS E REACCIÓNÁRIOS À SOLTA EM VISEU

Grupos terroristas do ELP, com a capa legal que lhes fornecem os reacçãoários locais do PPD e do CDS, ameaçam a revolução no distrito de Viseu.

A Direcção da Organização Regional das Beiras do Partido Comunista Português lança um alerta contra esse perigo movido por conhecidos elementos do PPD e do CDS, que utilizam toda a casta de marginais contra as forças democráticas naquele distrito.

Perseguições, atentados bombistas, uma tentativa de assalto e outros actos de bandos armados atentam contra a vida de democratas e antifascistas.

A DORB do nosso Partido espera das autoridades uma acção decidida contra os responsáveis por esses actos de banditismo. — Pág. 3

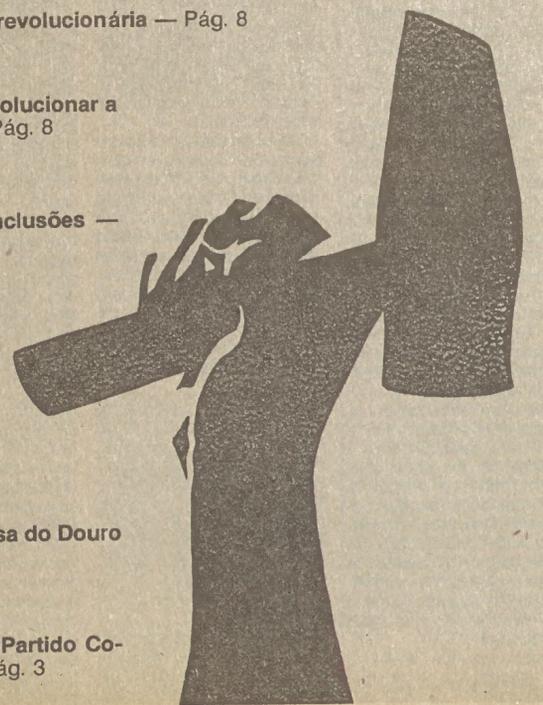


Cipriano Dourado — «Plantadoras de Arroz» — 1953

Pág. 4

# SOEIRO PEREIRA GOMES

- Animação cultural, uma tarefa revolucionária — Pág. 8
- Só os trabalhadores poderão solucionar a crise do comércio externo — Pág. 8
- A burguesia europeia tira conclusões — Pág. 3
- Anticomunismo... — Pág. 2
- As «condições» do dr. Mário Soares — Pág. 3
- A reacção investe contra a Casa do Douro — Pág. 8
- Saudação e solidariedade do Partido Comunista da Grã-Bretanha — Pág. 3



# PARA DEFESA DAS LIBERDADES

(Continuação da pág. 1)

Não é de aceitar, que hoje se acusem, em nome da legalidade, trabalhadores por cooperarem com militares que eram então de facto a autoridade constituída. Tão pouco é de estranhar que em horas difíceis trabalhadores e militantes individualmente considerados lhes tenham manifestado solidariedade.

As sublevações do 25 de Novembro inserem-se nessa luta por posições entre os diversos sectores militares. Por tudo quanto se conhece, não aparecem como produto dum plano de «tomada do poder».

Não se conhece nenhum programa ou plataforma política que animasse essas sublevações. Não se conhece a existência de um comando central, nem político, nem militar. Não se conhece o mais elementar plano de operações de um «golpe», ou «insurreição», ausência que aliás o próprio desenrolar dos acontecimentos demonstra. Não se conhece qualquer objectivo claramente definido em relação ao poder político, designadamente ao governo.

Um documento assinado dias antes por um grupo de oficiais, longe de dar qualquer plataforma política à esquerda militar, interveio como novo elemento de desagregação e de divisão, de separação entre militares e trabalhadores, de pressão para acções aventureiristas condenadas à derrota.

Se as iniciativas dos pára-quedistas aparecem no plano militar como uma operação de ataque, as sublevações consideradas no plano político foram essencialmente acções defensivas e não um «golpe» para a conquista do poder, como hoje se pretende.

## O PERIGO DO FASCISMO E O ANTICOMUNISMO

Com a derrota da esquerda militar, arrastada na aliança com sectores esquerdistas e batida por uma vasta coligação de forças indo desde certos sectores democráticos do MFA à extrema direita, o quadro político-militar da revolução portuguesa modificou-se sensivelmente.

Por um lado, desaparecem importantes forças efectivas e potenciais de defesa das liberdades e da revolução.

Por outro lado, a direita reaccionária, beneficiando da aliança que nela procuraram certos sectores em conflito contra a esquerda revolucionária, ocuparam posições, fazem exigências e ameaçam ultrapassar, submergir e finalmente liquidar, não apenas a esquerda, mas também aqueles que neles foram buscar apoios e aliados.

Para estancar o avanço das forças contra-revolucionárias é indispensável impedir que continue a vaga de prisões e de saneamentos à esquerda, que continue a progressiva ocupação de lugares-chave por elementos reaccionários, que se instaure um clima de segregação, discriminação e caça às bruxas para as forças e militantes progressistas.

Se esse avanço não é estancado, criar-se-ão condições para a contra-revolução vitoriosa.

O movimento operário, designadamente a vanguarda revolucionária do proletariado, o PCP, a organização sindical, as estruturas unitárias populares, além dos sectores progressistas nas forças armadas, constituem o grande obstáculo ao avanço da contra-revolução. Depois do 25 de Novembro, mais importância adquire ainda o movimento operário e popular.

Neste momento em que a reacção avança ameaçadora, mais ainda que noutras circunstâncias, o anticomunismo é uma arma ao serviço da reacção. É difícil de compreender que partidos e sectores que se dizem democráticos, insistam (como faz a direcção do PS), aliando-se com as forças da reacção, em afirmar que não há perigo da direita, insistam em concentrar os seus ataques e incitar à repressão contra o movimento operário, contra o PCP, contra os sindicatos dos trabalhadores.

Todos aqueles que desejam evitar o regresso ao fascismo, todos aqueles que desejam defender as liberdades, devem compreender que, nas condições actuais, mais do que nunca, qualquer enfraquecimento do movimento operário seria o enfraquecimento de todas as forças democráticas no seu conjunto, seria o enfraquecimento das resistências populares e nacionais contra a ameaça do fascismo.

O anticomunismo, a campanha contra o PCP, não é o caminho para a

defesa das liberdades, mas o caminho para a sua liquidação.

A tarefa essencial é entravar e impedir o avanço da contra-revolução, é assegurar a vida da jovem democracia portuguesa. E para isso é indispensável um grande esforço para unir todos os que se queiram unir em defesa da liberdade, da democracia, da independência nacional, da perspectiva do socialismo.

## POR UM GRANDE ESFORÇO UNITÁRIO

A classe operária, as massas populares, são chamadas a desempenhar um decisivo papel na actual curva apertada e perigosa da revolução portuguesa. Em cada situação concreta, há que defender com firmeza as posições alcançadas, as liberdades e as outras conquistas da revolução, como as nacionalizações e a reforma agrária.

São indispensáveis ao mesmo tempo firmeza e serenidade. O desespero é mau conselheiro.

Para fazer frente aos perigos do fascismo, para defender as liberdades, para construir o novo Portugal democrático, há forças poderosas, tanto militares como civis. Se todos souberem compreender o perigo e souberem conjugar rapidamente esforços estão em condições de travar com êxito essa nova batalha.

Para fazer frente ao perigo fascista é indispensável rever conceitos e opiniões recíprocas que se radicalizaram e cristalizaram. Hoje mais do que nunca é necessária a reaproximação e reunificação do MFA (que o PCP tem firmemente defendido), reunificação alargada a todos os elementos militares que, sem serem propriamente do MFA, aspiram às liberdades e à independência da nossa Pátria. Hoje mais do que nunca é necessária a reaproximação dos vários sectores e tendências políticas democráticas.

Como de há muito, o PCP continua lutando por uma solução política para a crise, baseada na negociação, na unificação, na formação duma vasta frente social, política e militar antifascista, democrática e progressista.

Por muito que as palavras seguintes possam parecer estranhas a elementos

sectários empedernidos, a tragédia da revolução portuguesa é que, no confronto de 25 de Novembro, dum lado e de outro havia homens que queriam salvar as liberdades, que queriam sinceramente evitar o regresso à situação anterior ao 25 de Abril, que queriam evitar uma nova ditadura fascista. Seria um erro terrível que só aproveitaria à contra-revolução, separar irremediavelmente e definitivamente, nestes dias que se seguem ao 25 de Novembro, aqueles que estiveram de um lado e de outro no confronto militar.

No 25 de Novembro encontravam-se em campos opostos homens que poderiam e deveriam ter-se entendido (como o PCP insistentemente propôs) numa solução política comum, evitando o confronto de que viriam a aproveitar (como também o PCP insistentemente preveniu) as forças reaccionárias.

O fascismo aproxima-se e aproveita agora a possibilidade de vencer as barreiras que ainda se lhe opõem tanto nas forças armadas como no movimento popular e democrático.

Há quem atice o ódio e sobre a repressão contra os defensores da liberdade. Há quem sobreponha a ânsia de domínio partidário à salvaguarda da democracia. Há quem procure, com criminosa ou suicida persistência, dividir e opor entre si, mais e mais, as forças capazes de combater a contra-revolução.

No mesmo momento em que a direita reaccionária acusa falsamente o PCP de estar ligado a actividades aventureiristas, elementos pseudo-revolucionários acusam o PCP de recusar aventuras que teriam conduzido as classes trabalhadoras a sangrenta derrota, de persistir numa linha de solução política da crise.

Mas o PCP, consciente das suas responsabilidades, como partido da classe operária e como grande partido nacional, ao definir a sua orientação, põe acima de tudo os interesses do povo trabalhador, a defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução, a construção do novo Portugal democrático que corresponde aos interesses, anseios e objectivos do povo português e da independência de Portugal.

Isso lhe dá razão. Isso lhe dá força. Isso lhe dá autoridade.

# O PCP RESPONDE À REACÇÃO NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Respondendo a acusações sem fundamento, a injúrias e calúnias, o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC, fez a seguinte declaração, em nome do grupo de deputados comunistas:

«Tomo a palavra para transmitir a esta Assembleia algumas das posições essenciais do meu Partido, posições que não constituem uma apressada adaptação às novas condições, mas que estão límpida e coerentemente na linha do que temos vindo a preconizar, desde que a crise se agudizou há quatro meses atrás, e temo-lo feito tanto na nossa actividade política geral, na propaganda e informação, na mobilização das massas trabalhadoras e populares em declarações feitas nesta mesma Assembleia, como em encontros e diligências feitas junto de órgãos do poder e de representantes das diversas tendências militares e das diversas organizações políticas.

No cerne da nossa orientação e actividade está a declarada oposição a uma política de força, de confronto militar e de guerra civil, que só à reacção poderiam aproveitar, e a insistência numa solução política global, resultante de negociação, forma mais eficaz de assegurar a defesa da revolução e das suas conquistas.

Lembro-vos que já em 10 de Agosto a Comissão Política do CC do PCP afir-

mava: «A cristalização de ideias, a incapacidade de confrontar opiniões, o sectarismo, só podem dificultar a busca de solução.» E noutra ocasião: «Existem perigosas tensões. A todo o custo é necessário evitar confrontos irremediáveis, que possam conduzir a revolução à sua perda.»

Em 21 de Novembro declarava o Comité Central do meu Partido: «O PCP pronuncia-se firmemente por uma solução política e não por actuações inconsideradas que criem condições favoráveis para um golpe de força da direita.»

Hoje afirmamos (Nota da Comissão Política do Comité Central, de 28 de Novembro): «O PCP defendeu com insistência uma solução global da crise consistindo na reaproximação e reunificação das tendências do MFA e no reforço da representação das forças de esquerda (civil e militar) no governo, de onde deveria sair o PPD, partido da reacção.»

(...) Ainda no momento presente, apesar da nova situação criada e de uma nova correlação de forças, as linhas gerais fundamentais de solução da crise preconizada pelo PCP continuam a ser o único caminho que pode cortar o passo à contra-revolução.»

Senhor Presidente, Senhores deputados! Os partidos e os agentes da reacção e da extrema-direita, os porta-vozes do imperialismo, os grupelhos

provocatórios com fachada de esquerda, os esquerdistas aventureiristas, todos se reúnem, agora, para lançar sobre o PCP uma campanha de calúnias, da qual sobressai a tentativa de responsabilizar o meu Partido pelos recentes acontecimentos.

São evidentes e óbvios os objectivos desta campanha de mentiras.

Os que reclamam agora as cabeças de todos os militares de esquerda, visam para além da liquidação dos homens e das forças revolucionárias, a liquidação imediata das grandes conquistas da revolução — as liberdades, as nacionalizações, a reforma agrária, o controlo operário — visam a liquidação das travessuras do processo revolucionário português, nomeadamente o MFA e o seu papel na revolução. Visam ganhar as posições mais avançadas de onde partam para a liquidação da situação democrática adquirida com o 25 de Abril e de onde preparem o regresso do terror e da tirania fascistas. As declarações e comunicações de dirigentes do CDS e do PPD, entre outras, são já muito esclarecedoras a este respeito.

Os que nos atacam tão freneticamente são exactamente os mesmos que com argumentos reaccionários e de direita, ou com argumentos aventureiristas e esquerdistas, impediram e boicotaram até agora a negociação e o entendimento

entre as diferentes tendências do MFA e entre as diferentes forças políticas progressistas na busca de uma solução política global para a crise. Os que nos atacam são exactamente os mesmos que nos atacam sob o pretexto de responsabilizar o meu Partido pelos recentes acontecimentos.

Senhor Presidente e Senhores deputados! A viragem à direita que se procurou operar em todos os domínios da vida política portuguesa após a formação do VI Governo e em clara oposição aos aspectos fundamentais da plataforma política que lhes serviu de base, não podiam deixar de provocar um amplo e generalizado descontentamento.

As massas trabalhadoras, as massas populares, manifestaram esse descontentamento de modo poderoso e significativo em greves, concentrações e manifestações, onde sobressai a manifestação de 16 de Novembro que se concentrou no Terreiro do Paço mais de 300 mil trabalhadores.

Mas o traço dominante dessas grandes demonstrações de massas, legítimas num país democrático, foi, contrariando os falsos alarmes e atoardas lançadas pelos partidos da direita e pelo próprio PS, o seu carácter pacífico e disciplinado e a natureza realista das reclamações no que toca a solução da crise

político-militar, pois, em todas, as mais importantes, se defendeu o entendimento entre as tendências do MFA e entre as forças políticas progressistas, em todas se preconizou modificações no Poder favoráveis à esquerda, mas em nenhuma se ensaiou qualquer assalto ao poder, ou sequer a contestação de todo o poder.

## UM GRAVE ERRO DE CÁLCULO

A viragem à direita tomou aspectos particularmente profundos nas Forças Armadas com a sucessão de saneamentos à esquerda, o afastamento de comandantes revolucionários, a liquidação e tentativas de liquidação por métodos administrativos de unidades que sempre estiveram com a revolução. Para as massas trabalhadoras, para as massas de militares progressistas, para todas as forças revolucionárias, a aliança direitista PPD-PS estava a estabelecer a força e os meios militares para impor pela repressão uma política a que vastos sectores populares resistiam firme e decididamente, uma política que não podia vir por processos democráticos. E nessa política de repressão que têm que se procurar as razões de indignação e de revolta de muitos militares no dia 25 de Novembro, as sublevações espontâneas dos páraque-

distas, e as manifestações de solidariedade que despertaram.

Como se diz no editorial do «Avante!» do dia 30, «Ao mesmo tempo que manifesta a sua solidariedade para com os militares revolucionários e progressistas que lutaram e lutam ao lado do povo trabalhador, em defesa da Revolução, o PCP atribui graves responsabilidades nos acontecimentos a certos partidos, grupos e elementos esquerdistas irresponsáveis que, julgando poder-se brincar às insurreições e às tomadas do poder, comprometeram uma solução política pela qual o PCP se tem batido persistentemente e conduziram ao desastre alguns sectores militares.»

As forças da esquerda militar sofreram uma pesada derrota. A viragem à direita defendida até agora pelo PPD e pelo PS tende a adquirir uma base de força militar mais favorável. Será no entanto um grave erro de cálculo que as forças conservadoras e reaccionárias pensem que podem impor ao país a política que entendem. O movimento operário é poderoso e as massas populares estão decididas como já demonstraram a defender as liberdades e as outras conquistas da Revolução.

## APELO À UNIDADE

Senhor Presidente, Senhores deputados

A repressão contra a esquerda militar e a desarticulação de unidades progressistas, a nomeação de reaccionários para postos de comando, ameaçam de grave debilitamento as posições de todas as forças da democracia incluindo a dos sectores moderados do MFA e do PS.

Os golpes contra a esquerda militar são golpes que repercutem contra todas as forças democráticas e antifascistas.

O perigo do fascismo que desde há tempo paira no horizonte político português, toma expressão mais carregada.

Todas as forças reaccionárias estão a preparar-se para explorar a derrota da esquerda militar, reforçarem a iniciativa, ocuparem novas posições, ultrapassarem e remeterem a um papel secundário todos os sectores democráticos, mesmo os moderados, que até há pouco apoiavam e empurravam na luta contra a esquerda.

A par de reacções positivas a esta ameaça, verifica-se, lamentavelmente, que a direcção do PS, a avaliar pelo seu mais recente comunicado, não se dá conta dos perigos que ameaçam a marcha da revolução e as liberdades, persistindo no anticomunismo e no divisionismo das forças antifascistas democráticas.

O PCP regozija-se com o levantamento do estado de sítio que permitirá uma salutar resposta das massas

trabalhadoras e populares e das forças da democracia aos avanços da reacção e da direita. Mas certas práticas realizadas à sombra do estado de sítio tornam-se extremamente preocupantes. As perseguições contra a esquerda, as buscas passadas por forças militares e militarizadas a casas de militantes do PCP e outros militantes progressistas, as buscas passadas a pelo menos um dos nossos centros de trabalho e às instalações de dois sindicatos em Lisboa, a um do Porto, à noite sem a presença de nenhum elemento da Direcção, podem prenunciar uma «caça às bruxas» que serviria todos os planos dos conspiradores fascistas.

Os grupos terroristas ELP e MDLP prosseguem a sua actividade impunemente e aproveitam-se das recentes convulsões para se fortalecer.

É nesta situação que o PCP apela para a unidade, sem qualquer discriminação, sem reserva por filiações partidárias, de todos aqueles, civis e militares, que estejam dispostos a tudo fazer para cortar e derrotar a ameaça do fascismo, salvar as liberdades e as conquistas fundamentais da revolução, para participarem decidida e empenhadamente na busca de uma saída política para a crise, com a supressão dos critérios repressivos e a recuperação de todas as forças válidas para o processo revolucionário.»

## A BURGUESIA EUROPEIA TIRA CONCLUSÕES

**Durante os últimos meses a imprensa burguesa europeia atacou a Revolução Portuguesa e caluniou o nosso Partido. Agora está dividida. Há órgãos reaccionários que pedem o «sangue» dos comunistas. Mas certos jornais, como «Le Monde», apontam o perigo fascista, lembrando que o PS corre o risco de fazer o jogo da direita**

«Se o governo vencer o desafio vermelho, como parece ter vencido, demonstrará que, sobretudo em relação aos comunistas, a melhor política é a de definição e a de acção enérgica e que, se quiser salvar Portugal, terá de prosseguir implacavelmente nesta política, porque a esta altura não tem alternativa para o restabelecimento completo da disciplina militar e o esmagamento definitivo do Partido Comunista, custe o que custar. Em certas circunstâncias, dramáticas e trágicas é o sangue a fonte da purificação» — este o significativo «conselho» que vem expresso nas páginas do jornal brasileiro «O Estado de S. Paulo», no seu comentário à actual situação política em Portugal.

Os últimos acontecimentos em Portugal foram seguidos com a maior atenção em todo o mundo — pela sua importância intrínseca, e pela importância histórica global que o processo revolucionário português assumiu no contexto político mundial.

A imprensa burguesa do mundo capitalista dedica-lhe editoriais e extensos artigos de primeira página. Para além dos pontos coincidentes da análise que efectuam, que deriva dos interesses comuns que defendem, nem todos esses jornais olham estes acontecimentos segundo a mesma óptica. Poucos se lançam na provocatória linguagem de certa imprensa espanhola e brasileira, que de forma alguma se coaduna com a ambiência política interna-

cional, que as forças progressistas, em particular o mundo socialista com a União Soviética na vanguarda, conseguiram tornar globalmente hostil às aventuras fascistas, aos regimes abertamente terroristas.

Destacando embora a «ordem» e a «disciplina», que a derrota sofrida pela esquerda militar teria trazido ao país (o que significa, logicamente, responsabilizar a esquerda por uma situação insustentável, aberta pelas forças da social-democracia e por pseudo-esquerdistas), a imprensa burguesa do mundo capitalista manifesta uma certa preocupação face à ameaça de um avanço do fascismo em Portugal. «Le Monde» interroga-se se «os moderados restauradores da ordem e da disciplina, saberão resistir à contra-ofensiva da direita» e afirma: «a responsabilidade dos socialistas, será, nos próximos dias, considerável (...). Correm o risco de fazer o jogo da direita em relação à qual estarão amanhã desarmados... Para eles como para todos os que já não podem invocar frequentemente, como o fizeram, a ameaça da aventura, trata-se de fazer uma escolha já».

Numa curiosa afirmação — intrinsecamente contraditória — mas que vem a ser lema de forças conservadoras e reaccionárias, o «Figaro», após afirmar que «depois da derrota esquerdista, a direita contra-ataca», considera que tal facto significa o «... regresso ao espírito da revolução, tal

como foi concebido pelos autores do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, contra a ditadura». A mesma ideia é apontada por Galvão de Melo ao «Expressen» de Estocolmo. «Temos de regressar ao programa democrático original do MFA» — declara o jornal sueco.

Ainda que ressalvando, de uma forma geral, a hipótese de afastamento do nosso Partido da vida política legal portuguesa, passa os comentários de toda a imprensa burguesa um inequívoco anticomunismo. O «Daily Telegraph» aponta para um Partido Comunista Português «domesticado» — sonho da social-democracia nacional e internacional. «Ou o Partido Comunista Português respeita as regras do jogo da democracia — afirma — ou então teremos de aceitá-lo apenas na oposição». O editorial deste mesmo jornal inglês ultra-conservador intitula-se, significativamente, «A batalha de Portugal contra o comunismo». O nosso Partido é aí apontado como factor de desordem, origem do descontentamento social (!). Tenta-se jogar na abjecta calúnia de divisões internas entre comunistas.

Os comentários da imprensa internacional são similares aos que têm entretanto aparecido na imprensa nacional «objectiva» — que neste momento domina quase por completo o panorama «informativo» português. A análise baseia-se em premissas idênticas. As soluções apontadas são

afins. Uma excepção — a «objectiva» informação nacional, «pluralista» e «independente», não parece ser particularmente sensível a um facto que ressalta de forma bem clara, e que é apontado por alguns órgãos da informação burguesa internacional — o perigo do fascismo. Alheia ou indiferente a tais perspectivas, salvo raras excepções, bate numa única tecla — o anticomunismo. Aponta o absurdo de um «socialismo» sem o PCP, e mesmo contra o PCP. Acusa-nos de fomentar um descontentamento popular que se baseia, objectivamente, numa política que em nada corresponde aos interesses das massas trabalhadoras. Pretende impor pretensas regras de democracia que mais não visam do que conter e sufocar os anseios de liberdade e de progresso social do nosso povo. Fala simultaneamente de liberdade e de repressão. Dá ampla e elogiosa cobertura a declarações que apontam para uma guerra civil. Ataca as vezes que se erguem por uma solução política, contra o perigo do fascismo.

Na difícil curva do processo revolucionário que vivemos neste momento em

Portugal, a batalha envolve também — e com particular incidência — os órgãos de informação. As posições que estes assumem — a nível internacional como nacional — reflectem interesses que defendem, de uma forma particularmente nítida.

## SAUDAÇÃO E SOLIDARIEDADE MILITANTE DO PARTIDO COMUNISTA DA GRÃ-BRETANHA

**O Partido Comunista da Grã-Bretanha sauda o Partido Comunista Português, repudia a ingerência imperialista no nosso País, solidariza-se com as forças de esquerda e apela para a unidade na defesa das conquistas revolucionárias do nosso Povo**

Terminados os seus trabalhos, o 34.º Congresso do Partido Comunista da Grã-Bretanha, a quem assistiu a camarada Margarida Tengarrinha, do Comité Central do PCP, enviou ao nosso Partido uma mensagem de saudação e solidariedade para com os comunistas portugueses e todas as forças democráticas e progressistas que querem o socialismo em Portugal. Transcrevemos na íntegra a aludida mensagem:

O 34.º Congresso Nacional do Partido Comunista da Grã-Bretanha envia calorosas e fraternas saudações ao Partido Comunista Português, a quem expressa a sua total solidariedade bem como a todos os que em Portugal trabalham para defender as conquistas da revolução democrática e abrir o caminho para o socialismo.

O derrubamento do regime fascista de Caetano, em 25 de Abril de 1974, pela acção conjunta do Movimento das Forças Armadas e do movimento democrático popular em Portugal, acompanhado com grande interesse pelos movimentos de libertação dos povos de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, abriu uma nova página na história de Portugal.

O fascismo português assentava no poder dos grandes monopólios e dos grandes agrários latifundistas, na dominação e exploração dos territórios coloniais, em África e na Ásia, e num Estado fascista repressivo, que negava ao Povo todas as possibilidades democráticas de seguir o seu próprio futuro e a sua própria vida.

A revolução democrática em Portugal levou a cabo nacionalizações em grande escala, envolvendo os maiores monopólios portugueses, adoptou importantes medidas de reforma agrária para acabar com o poder dos grandes agrários, evoluindo no sentido da descolonização integral e na conquista de direitos democráticos bem como na organização das massas, através da qual o Povo está a trabalhar para defender as conquistas alcançadas e para abrir o caminho ao socialismo.

Este progresso tem sido desenvolvido em confronto constante com a reacção internacional, fomentada pelo imperialismo, pela NATO, pela CEE e pelas multinacionais e ainda pela campanha anticomunista, que tem sido apoiada pelos líderes da direita social-democrata na Europa, incluindo alguns dirigentes do Partido Trabalhista britânico.

O Partido Comunista Português, que combateu na primeira linha da resistência antifascista e que fez os maiores sacrifícios, continua a desempenhar o seu papel-chave, encarando de frente as grandes dificuldades de uma situação complexa e em constante mutação.

Novos perigos afectam o Povo e a classe operária em Portugal. Têm sido feitas tentativas para afastar do aparelho do Estado e das Forças Armadas todas as pessoas de esquerda e para liquidar o processo democrático e revolucionário, retirando ao Povo os seus direitos democráticos, sociais e económicos, que ele tinha conquistado com o seu próprio sacrifício. O Povo português combate esta nova ameaça.

Nesta hora crítica, é vital que os trabalhadores britânicos e o movimento progressista expressem a sua solidariedade para com a revolução democrática portuguesa e a sua oposição a todas as formas de ingerência e pressão que têm vindo a ser exercidas pelo poder capitalista ocidental contra o Povo trabalhador de Portugal.

É da nossa responsabilidade lançar uma campanha de ampla solidariedade, isolando os conservadores e a ala direita do Partido Trabalhista, que apoiam a reacção em Portugal.

Ao enviar a nossa mensagem de solidariedade e saudação, manifestamos a esperança de que venha a ser estabelecida uma firme unidade entre comunistas, socialistas e outras forças democráticas de esquerda e sectores progressistas das Forças Armadas, incluindo os do MFA, para que seja barrado o caminho àqueles que pretendem fazer andar para trás a roda da história em Portugal e para tomar possível o avanço da revolução.

## 14.º ANIVERSÁRIO DA FUGA DE CAXIAS

**A fuga de Caxias é um exemplo do elevado heroísmo e do ardente patriotismo dos comunistas. É com orgulho que recordamos essa vitória contra o fascismo na passagem do seu 14.º aniversário**

Foi exactamente há 14 anos, às 10 horas da manhã do dia 4 de Dezembro de 1961. Do Forte de Caxias, baluarte tenebroso da repressão fascista, evadiam-se os camaradas Francisco Miguel, José Magro, Guilherme da Costa Carvalho, membros do Comité Central do Partido, os destacados militantes António Gervásio, Ilídio Esteves, Domingos Abrantes e António Tereso.

Recordar a fuga de Caxias significa mais do que prestar a justa homenagem ao acto de coragem de um punhado de homens que não hesitou em arriscar a própria vida para voltar à vanguarda da luta. Significa sobretudo falar do grandioso Partido que forjou esses homens; da sua devoção à causa do socialismo; da sua história toda feita de amor e sacrifícios, de pequenos e grandes actos.

Da heróica fuga de Caxias são conhecidos os factos principais. A evasão foi preparada com todos os cuidados e no mais rigoroso sigilo. Para o efeito aproveitou-se um recinto situado no centro do Forte, único local a que os camaradas tinham acesso para escassa meia hora de recreio e que era considerado

pelas autoridades como sendo o que oferecia melhores condições de segurança. No desenrolar dos preparativos teve importância fundamental o camarada Tereso, que, à custa dos maiores sacrifícios, desempenhou o papel de «rachado» (vendido, ao serviço dos bufos), imprescindível para ganhar a confiança dos guardas e poder mover-se à vontade no interior da prisão.

### RUMO À LIBERDADE

Arranjar um meio de transporte era condição essencial.

Tereso, que apesar de ter trabalhado na carris antes da sua prisão não percebia nada de mecânica, conseguiu (ninguém sabe como) tornar-se o mecânico preferido do director da prisão, cujo carro mantinha sempre «que nem um brinquinho».

Por essa altura foi parar a Caxias um automóvel blindado que pertencera a Salazar (oferta de Hitler) e que

passou a ser utilizado pela PIDE. Era o carro ideal. Elaborado o plano de fuga, criadas as condições necessárias, no interior e no exterior, fixou-se a data.

Às 10 horas da manhã do dia 4 de Dezembro de 1961 o carro blindado, conduzido por Tereso e levando os restantes camaradas, derubava o portão do Forte e desaparecia a grande velocidade, rumo à liberdade.

De nada serviram as balas, ou sequer a perseguição. Os pontos de apoio aos fugitivos encarregaram-se de assegurar a vitória desta heróica fuga. Quantos seres anónimos se arriscaram para o conseguir? Sai da sombra por um momento, rostos anónimos e desconhecidos, e aceitai o nosso agradecimento.

Exemplo da mais profunda devoção ao Partido, a fuga de Caxias é bem a prova da força invencível dos comunistas.

É com legítimo orgulho que, passados 14 anos, assinalamos esta vitória sobre o fascismo. A luta que travamos hoje é a mesma de ontem. São os mesmos os ideais que nos animam. Ontem como hoje, venceremos.

### SAUDAÇÃO DOS CAMARADAS QUE SE EVADIRAM

Ao alcançarmos a liberdade queremos saudar o nosso querido Partido e a sua Direcção, à qual declaramos continuar inabalavelmente dispostos a cumprir com honra o nosso dever de comunistas qualquer que seja o posto de combate que nos seja destinado.

Saudamos a heróica classe operária portuguesa à qual incitamos a prosseguir a sua luta e a redobrar de combatividade.

Saudamos também todas as forças democráticas cuja unidade combativa é a melhor garantia do derrubamento do regime fascista.

Para todos aqueles que no país e no estrangeiro têm prestado solidariedade aos presos políticos portugueses e participado de alguma forma na luta pela sua libertação, vai o nosso reconhecimento e apelo para que continuem a sua acção a fim de salvarmos todos os patriotas presos.

Aos dedicados filhos do povo português que continuam encarcerados sofrendo as maiores torturas, prometemos não poupar esforços na luta pela sua libertação.

Nem os espancamentos, nem os insultos, nem o isolamento, nem, enfim, os longos anos de prisão, quebraram a nossa confiança na inevitabilidade da realização prática dos nossos ideais de comunistas. As grandes realizações levadas a cabo em todos os países socialistas e em particular a acção do PCUS, cujo XXII Congresso marca uma nova etapa na história da humanidade, sempre foram para nós um farol de esperança e reforçaram ainda mais a nossa certeza na vitória final do comunismo. A vontade indomita de prosseguir a luta pelos nossos ideais e pela libertação de Portugal da tirania fascista, foram as razões profundas que nos levaram a não hesitar em arriscar a vida para efectuar esta evasão.

## AS «CONDIÇÕES» DO DR. MÁRIO SOARES

**Numa entrevista ao «Jornal Novo», o dr. Mário Soares gabou-se de ter apresentado ao Presidente da Republica um verdadeiro ultimato anticomunista. Estamos perante uma amostra do que seria «o socialismo em liberdade» do PS**

O secretário geral do Partido Socialista deu nos últimos dias numerosas entrevistas a órgãos de Informação do País e do Estrangeiro. Em todas elas transparece um tom triunfalista. Já é um costume antigo. Mas desta vez a atitude reflecte um comportamento tão generalizado dos dirigentes socialistas que o próprio entrevistador do «Jornal Novo» aludiu ao triunfalismo do PS, a propósito da «corrida» de elementos socialistas aos lugares nos órgãos de comunicação.

O dr. Mário Soares, como também é hábito, dedicou a maior parte da entrevista ao nosso Partido. Criticou a direcção, a linha e os militantes do PCP e procurou explicar aos leitores do «Jornal Novo» o que deveria o nosso Partido fazer e dizer para merecer os aplausos dos dirigentes do PS. Concretamente, o dr. Mário Soares e os seus colegas de direcção não apreciaram a declaração do major Melo Antunes segundo a qual o nosso Partido é indispensável à continuidade do processo revolucionário. A evidência feriu a sensibilidade do dr. Mário Soares. E declarou com to-

das as letras que o PCP somente seria realmente indispensável à Revolução se renunciasse à sua linha para seguir outra totalmente diferente, transformando-se num eco do PS.

É uma estranha opinião, reveladora não apenas do triunfalismo sem fronteiras do secretário geral do PS, mas também da noção muito pessoal que faz da política como ciência e do papel de um grande partido revolucionário.

O dr. Mário Soares está orgulhoso com a «importante participação que teve o PS em todos estes acontecimentos». Refere-se em especial à mobilização que o seu partido levou a efeito em todo o País antes do 25 de Novembro e durante essa jornada dramática. Era supérfluo marcar diferenças entre as manifestações a que o nosso Partido deu o seu apoio e os comícios promovidos pelo PS. Os militantes comunistas nunca gritaram palavras de ordem pedindo a morte dos seus adversários, tal como nunca receberam abraços e aplausos dos senhores do PPD. Os comunistas são revolucionários.

Estamos de acordo, contudo, no tocante ao carácter inconfundível dos comícios socialistas. Reconhecemos a sua originalidade. E tamanha que, no dia 23, durante o comício na Fonte Luminosa, um elemento do serviço de segurança, incapaz de conter o seu sentir profundo, deu vivas a Spínola, sem sequer ser repreendido da tribuna. Trata-se efectivamente de uma forma muito PS de participar nos acontecimentos que «não pode ser esquecida».

Generosamente, o dr. Mário Soares afirma que considera possível e viável uma determinada «forma de governo tripartido». Mas logo esclarece de maneira categórica e altiva que pós ao presidente da Republica duas condições. Ignoramos

o que disse e não disse ao Chefe de Estado. Mas se realmente agiu como afirma ter feito não se comportou como secretário geral de um partido democrático. Se apresentou ao general Costa Gomes, como informa, a exigência de que «o PCP repudie de forma solene o golpe do passado dia 25 de Novembro» (sic), então o dr. Mário Soares desceu ao nível de uma grosseira provocação. O dr. Mário Soares sabe perfeitamente que o nosso Partido não esteve envolvido nos acontecimentos do 25 de Novembro. Mas, ao definir como «golpe» actos de subordinação militar e associar o nome do PCP a tais acontecimentos visa um objectivo que não tem a coragem de apontar. Correu para isso o risco de apresentar um insolente ultimato ao Presidente da Republica. E um ultimato sem lógica, pois não tem a menor dúvida de que não seria nem possível nem viável qualquer tipo de governo que implicasse da parte do partido da classe operária uma capitulação perante arrogantes exigências incompatíveis com a nossa recusa de soluções de retaliação e vingança.

Julgamos perceber, contudo, onde o secretário geral do PS parece querer chegar. Fala como se o seu fim fosse a criação de uma atmosfera favorável à marginalização do nosso Partido, à perseguição dos seus militantes, enfim, de um clima propício ao sonho da direita fascista. É realmente penoso verificar que as conclusões e lições que o secretário geral do PS consegue extrair do 25 de Novembro são muito semelhantes às dos sr. Sá Carneiro, Galvão de Melo e Freitas do Amaral. Só falta pedir a ilegalização do PCP.

Compreendemos, assim, o entusiasmo com que «A Luta», órgão oficioso do PS, fala da probabilidade de um «Plano Marshall europeu» destinado a ajudar Portugal

e «inserido na política geral de defesa da Democracia». Fraca memória. Porventura terão os dirigentes socialistas esquecido que o Plano Marshall foi concebido para defender os interesses do imperialismo americano e para impedir o avanço da democracia, da independência económica e do socialismo na Europa? Porventura o PS pensa construir o tão falado «socialismo em liberdade» exigindo a marginalização e a perseguição dos comunistas e escancarando as portas aos monopólios europeus?

## ELPISTAS E REACCIONÁRIOS À SOLTA

**Um comunicado da DORB do PCP denuncia a liberdade de acção de que gozam grupos terroristas do ELP, PPD e CDS que instauraram no distrito de Viseu um autêntico «estado de sítio» fascista**

Face à passividade das autoridades, as hostes reaccionárias e fascistas prosseguem nos seus atentados à liberdade e à democracia. Elpistas e falsos democratas avançam em alguns distritos e ameaçam instaurar o terror fascista em vastas zonas do país. No distrito de Viseu, as acções de conhecidos elpistas e contra-revolucio-

### PETARDO CONTRA O C. T. DE FAFE

A reacção fascista não desiste e prossegue impune a praticar os mais diversos atentados, lançando agora um petardo contra o Centro de Trabalho do nosso Partido de Fafe. Efectivamente, ao princípio da madrugada do dia 1, um bando de terroristas lançou contra o Centro local do nosso Partido em engenho explosivo, possivelmente uma granada ofensiva. Este atentado, resultaram diversos estragos, tendo designadamente estilhaçado todos os vidros do edifício.

árrios, acobertados legalmente por caciques reaccionários do PPD/CDS, são diários. Urge pôr termo a estas ameaças à revolução portuguesa, urge esmagar quem atenta contra o processo revolucionário.

Conforme salienta um comunicado da Direcção da Organização Regional das Beiras do Partido Comunista Português, a ofensiva reaccionária, que desde há algum tempo vinha sendo movida por conhecidos elementos do PPD-CDS, elpistas, utilizando e comprando toda a casta de marginais, contra as forças progressistas no distrito de Viseu, redobrou de intensidade a partir do dia 24 de Novembro.

Conjugando a utilização do velho arsenal de propaganda anticomunista — prossegue o comunicado da DORB do PCP — com os atentados terroristas, as ameaças constantes de mortes, verbais e escritas, a conhecidos activistas de partidos progressistas, a exibição pública de armas, e a arrogância fascista a que alguns daqueles terroristas se prestam, têm contri-

buido para a criação de um largo clima de intimidação e coacção ideológica, cujos efeitos vão já muito para além do arregimentamento para atitudes contra-revolucionárias de populações despolitizadas, como impede, em larga escala, que as liberdades fundamentais sejam utilizadas na sua verdadeira expressão.

O comunicado da DORB do nosso Partido aponta, seguidamente, alguns dos atentados à liberdade cometidos, em Viseu, pela aliança reaccionária ELP-PPD-CDS: no dia 24, verificou-se um atentado bombista a um destacado dirigente do MDP. A 25 é cercada a casa onde se reuniam representantes do MDP, FSP e PCP, por elementos do ELP, armados. A saída, e sob a ameaça das armas, elementos da FSP foram revistados. No mesmo dia é tentado o assalto da casa de um destacado comunista de Viseu.

No mesmo dia, em Mangualde e em Vila Nova de Paiva, grupos de terroristas dispararam tiros de caçadeira

sobre o carro de um dirigente sindical e sobre a casa de outros progressistas. Tentou-se sanear, com o auxílio de ciganos armados, um progressista da Central Telefónica de Mangualde.

No dia 26 foi colocada uma bomba de relógio no automóvel de um membro do nosso Partido. No dia 27, em pleno centro, carros de ELPs e CDS perseguiram conhecidos militantes comunistas, ao mesmo tempo que continuavam as ameaças de morte, verbais, por escrito ou por telefone. No dia 28, mais uma bomba rebentou na habitação de um democrata de Viseu.

Face a estas autênticas declarações de estado de sítio fascista, a DORB do nosso Partido afirma: Das autoridades civis, das autoridades militares e militarizadas, nada de concreto tem sido feito para pôr cobro a esta ofensiva terrorista, o que de resto é reconhecido oficialmente, ao mesmo tempo que se manifestam agora propósitos de intervenção militar que, esperamos, não ocorram depois de factos consumados.

### EXPOSIÇÃO NO PORTO DE POSTERS CUBANOS

Na sede distrital do Porto da Associação de Amizade Portugal-Cuba, à Av. da Boavista, 1015, e a partir do passado dia 2, encontra-se patente uma Exposição de Posters Cubanos.

Jornadas de Solidariedade, Cinema Cubano, Actividades Plásticas, Figuras Históricas e Turismo, são alguns dos assuntos a que se refere a exposição que poderá ser visitada até ao próximo dia 24, das 16 às 20 h e das 21,30 às 23,30 h. De registar ainda que no horário da noite será incluída a projecção diária de filmes cubanos.

# SOEIRO PEREIRA GOMES E A ARTE

«Nós te juramos, querido e saudoso camarada, que sejam quais forem os obstáculos que os responsáveis pela tua morte nos levantarem, levantaremos sempre bem alta, mesmo enfrentando a morte, a bandeira da Democracia pela qual sempre honradamente soubeste lutar e morrer. Nós te juramos, saudoso amigo, pelo amor dos nossos filhos».

Com este juramento e homenagem saudava o povo de Alhandra o nosso camarada do Comité Central, Joaquim Soeiro Pereira Gomes, morto na clandestinidade em 5 de Dezembro de 1949.

No enterro do grande escritor e combatente, desaparecido aos 40 anos por a perseguição que lhe movia a PIDE o ter impedido de tratar-se de uma grave doença, os trabalhadores de Alhandra, sua terra adoptiva, prestavam a última homenagem ao homem e ao comunista que fez da sua vida e da sua obra um todo inseparável, dedicando «Esteiros», uma das suas melhores obras, aos «filhos dos homens que nunca foram meninos».

A visão materialista do mundo e os princípios do marxismo-leninismo, que são os alicerces da sua obra de romancista, impregnaram os seus livros de uma profunda humanidade posta à prova nas fileiras do nosso Partido. «Foi na actividade

política, na luta operária em que intensamente participou, na vida do Partido a que pertenceu, que Pereira Gomes bebeu a inspiração para a sua bela obra literária».

Estas palavras do nosso camarada Álvaro Cunhal, no comício de homenagem com que o Povo de Alhandra e o nosso Partido lembraram, em 1974, o homem, o escritor e o comunista, remetem para a vida verdadeira do empregado da Companhia de Cimentos Tejo, do organizador adorado pelas massas, do militante exemplar que teve papel de relevo nas grandes greves de Maio de 1944, do trabalhador que ingressou nos quadros ilegais do Partido nesse ano, do dirigente que as suas qualidades levaram ao Comité Central em 1946, da vítima da feroz perseguição da PIDE, do homem que combateu o fascismo até à morte.

Militante trabalhando na legalidade desde 1940-41, período da intensa reorganização do Partido, Soeiro Pereira Gomes realizou junto do proletariado rural ribatejano um intenso trabalho de organização e mobilização, que o tornaram querido das massas camponesas. Na fábrica onde trabalhava, o romancista da «Engrenagem» teve importante papel na grande greve de 8 e 9 de Maio de 1944 que atingiu toda a região de Lisboa e especialmente o Baixo Riba-

tejo. Mais tarde quando o movimento em torno da candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República, Soeiro Pereira Gomes foi ainda, já perto da morte, um dos obreiros das grandes jornadas de luta do nosso Povo.

Autor de uma arte nova e revolucionária, na interpretação da sociedade e dos homens e na sua expressão adequada, o romancista soube dar vida ao drama da proletarianização dos pequenos camponeses, obrigados pelas suas terras. Augusto da Costa Dias refere-se assim a esse período ao tratar da obra do autor da «Engrenagem»:

«Centenas de milhares de homens, multiplicados massivamente pelos familiares, caíram naquela proletarianização que só o fascismo levou ao padrão extremo de pesadelo: multidões sugadas até ao tutano da resistência, bestializadas por um obscurantismo de todo em todo primitivo, sem letras e sem horizontes, amedrontadas pelos caçules locais, eclesiásticos ou laicos, pela PIDE e pela GNR, pela polícia de choque, pela rapina e o terrorismo económicos. Só a classe operária e a sua criação e vanguarda puderam resistir, numa resistência de massas, alargar-se a si próprias e estender-se,

numa frente antimonopolista e anticapitalista, sem a qual o 25 de Abril não seria pensável nem realizável».

Corriam os anos de 1939 a 1941. «Muitos dos intelectuais neo-realistas — prossegue Costa Dias — ou lutando pela escrita ou juntandolhe a luta política, foram soldados desse mesmo mundo em ruínas de proletarianização brutal. Só porém o autor de «Engrenagem» se não cingiu à dramática interpretação e descrição de um universo e gente em escombros; ele acompanhou-os, a homens e mulheres, ex-camponeses, ex-artífices, branceiros no começo da sua dorida metamorfose».

Por os ter acompanhado é que «ao lembrar Soeiro Pereira Gomes», o nosso camarada Álvaro Cunhal afirmou em Alhandra que «é legítimo expressar a nossa confiança em que os escritores e os artistas ligarão ainda mais estreitamente a sua actividade criadora à luta popular, à construção do novo Portugal democrático».

Soeiro Pereira Gomes, a sua obra literária e de comunista são conquistas históricas do nosso Povo. Os trabalhadores mantêm-no vivo não só nas páginas dos seus livros, mas na memória das lutas, das grandes jornadas da classe operária, do proletariado rural, do nosso Partido e de todos os trabalhadores.



Manuel Filipe — «Fábrica» — 1946

## Refúgio perdido

Sem pousar a mala, esperou que o carro eléctrico se aproximasse. Sentia-se quase no final daquela fase do trabalho, a mais arriscada, fremente de perigos. Que alívio, quando chegasse a casa!

Estava a suar, cansado e cheio de sede; mas procurou dar ao rosto uma expressão jovial, como se dissesse às pessoas que estacionavam na paragem: «Que bela manhã, não é verdade? Não reparem na mala... Tem roupa e não pesa nada.» As pessoas notaram decerto, que havia mais um concorrente aos lugares vagos do carro, e não repararam mais naquele moço franzino e mal vestido, cujos olhos brilhavam inquietos, sob o chapéu derrubado.

Quando o carro eléctrico parou, Abel quis subir com a mala ao mesmo tempo, mas, sentindo-se impotente, rojou-a sobre a plataforma. Amáveis, dois senhores acorreram em seu auxílio. Levou a mão ao chapéu, num agradecimento, e estremeceu, todo ao fitar as caras patibulares que o solicitavam.

— Não incomoda. Pode arrumar aqui a mala. A voz era intencional e adocicada.  
— Muito obrigado — disse Abel.  
E foi, a custo, anichar-se num banco da frente, o mais perto da saída, enquanto se esforçava por manter a compostura presenteira. «Calma, calma; não estou como coelho numa toca. E aqueles homens, se bem que antipáticos, devem ser inofensivos. Para quê suspeitar de uma ajuda espontânea e correcta?»

Mais sereno, acendeu um cigarro. E, depois de calcular a distância que o separava da porta, circunvagou o olhar pelos passageiros. «Aquele moço de nariz arrebitado... engraçada...»

A tentativa de se libertar de preocupações não resultou. Ao fundo, de pé, lá estavam os dois homens, e pareciam fitá-lo. «Diabo! Iria jurar que, nesse instante, interceptara um sinal de entendimento com outro passageiro, sentado num dos bancos da frente. A coisa estava a pôr-se feia».

Pensou em descer na primeira paragem, pois muito grave seria levar na cola, até casa, a matilha policial. Porém, descer ali, entre um muro e as terras em descampado... Que rumo poderia tomar, se o notassem, de mala grande na mão e que os dois homens sabiam pesada? Se largasse a mala e fugisse... Isso nunca! Fugir era trair-se — e havia que procurar até ao fim a última «chance», como diziam os amigos. E largar a mala sem opor resistência, seria trair quem lhe confiara: os seus companheiros de luta, o seu Partido.

O carro eléctrico aproximou-se do término... Parou. Abel não mostrou pressa na saída. Empunhou a mala e, direito, à vontade, como se ela não pesasse nem lhe desse cuidados, adiantou-se aos dois homens, que lhe parecia hesitarem no caminho. Passos andados, voltou-se como para ajeitar um sapato, e viu que era seguido pelo passageiro do sinal, que viera sentado num banco da frente. Então, Abel alargou mais o passo, dobrou a primeira esquina e, decidido, enfiou por uma porta dentro, galgando as escadas até ao primeiro patamar. Aí parou, ofegante. Pela bandeira da porta, viu passar o outro, de cabeça erguida, a farejar.

— O senhor procura alguém? — perguntou uma mulher, que parecia esfregar o chão, à entrada do 1.º andar.

— Sim... quero dizer: é aqui que mora o senhor...? (Disse um nome ao acaso).

— Não é, não. Eu conheço os inquilinos todos. Ora deixe-me ver. Ali no direito...

— Obrigado. Bom-dia — interrompeu Abel.

Desceu as escadas, espregueou na rua quase deserta e, dobrando de novo a esquina, aproximou-se de casa, a passo lesto.

Quando entrou no quarto, o seu refugio atirou-se para cima da cama, satisfeito. Ainda desta vez, escapara! Apesar de haver perdido a noite anterior, não tinha sono; apenas lhe doíam os pés, com certeza cheios de bolhas rebentadas, sob as meias coladas à carne, como de costume. Há três meses naquela tarefa — ir buscar o material de propaganda, distribuí-lo — ainda não calejara os pés, como os outros camaradas, que aguentavam muitos quilómetros. «É verdade! Há três meses que mergulhara na vida clandestina. Noventa dias de luta, fugindo aos esbirros fascistas, partilhando de um lar estranho, embora amigo, ali, no quarto estreito que era todo o seu mundo de repouso, de estudo e de sono, às vezes. Gostava bem daquele quarto de tecto baixo e paredes manchadas pela humidade, com a cama de ferro a um lado, sem colcha: uma mesa tosca, no outro, além da mala; e uma janela, que dava para as traseiras dos prédios, mas da qual se via, ao fundo, uma nesga de rio.

De tarde, quando o sol emprestava reflexos de espelho aos vidros sujos ou partidos das traseiras; à hora em que os inquilinos regressavam do trabalho, peçando as ruas da cidade, Abel encostava-se ao peitoril da sua janela e ficava-se a partilhar da vida alegre ou triste dos vizinhos.

Os homens, em mangas de camisa, entretinham-se a concertar velhas capoeiras, ou regavam com desvelo uma nespreira raquítica, que nunca daria frutos, enquanto as mulheres punham as mesas nas estreitas varandas, se havia bom tempo, e os cachopos saltitavam como pássaros famintos.

Gostavam dele, os cachopos. De longe, mostravam-lhe os tristes brinqueados, atiravam-lhe beijos e tiros imaginários; e ele retribuía com momices que os sufocavam de riso. Também nada o desesperava tanto como ouvir à noite, de repente, entre falas azedas, o choro de uma criança. Assomava então à janela, e tentava adivinhar o que se passava para além da escuridão. Certa vez, increpou mesmo uma vizinha, que batia na Luisinha, uma garota loira que se parecia com a irmã dele, a mais nova.

— Para que bate assim na menina? Se calhar, ela tem alguma dor, e é por isso que espemeia. Deixei-a!

A voz saiu-lhe áspera, e a mulher ripostou:  
— Quem é você para me dar leis? Ora o fúfia! Meta-se na sua vida.

Quem era?... A bem dizer: ninguém. E a sua vida era a de todos os proletários do seu país, de todos os famintos de pão e de justiça; era a vida também daquela mulher desesperada, sabia-se lá porquê. Miséria, está bem de ver. «Ah! mas um dia... uma certa manhã de sol radioso... sim, de sol...».



Acordou sobressaltado pelo barulho da campanha. «Dois toques breves e um longo... Não se enganara?». Foi espreguear no ralo e abriu a porta.

— Ah, é tu! Estremunhas-te-me, sabes?  
— Já tens o material apartado? — indagou o outro, apreensivo.

— Ainda não. Adormeci mal cheguei...  
— Então, pega na mala e safa-te. O bairro está vigiado pela polícia fascista. Aluga um quarto longe daqui. Vês nos anúncios dos jornais. O camarada responsável disse que



Manuel Ribeiro de Pavia — «Resistência» — 1947

vás ter com ele às 16 horas e que leves o material da provincia na mala de mão. O local sabe-lo tu. Recurso, amanhã às 8 horas. Fixaste?

Abel sentara-se na cama, aturdido. Ainda não relaciona a situação presente com o que lhe acontecera no carro eléctrico. Pôs objecções.

— Primeiro, tenho de lavar os pés... Olha, que lástima! Depois, juntar a roupa e as minhas coisas... ainda demora um bocadinho.

— Deixa lá os pés, camarada. A polícia ronda perto! E que coisas tens tu para juntar? Nada.

— Tens razão — murmurou Abel, deitando um olhar ao

quarto, em despedida, e depois para as traseiras dos prédios, onde a Luisinha chilreava.

O companheiro emalou-lhe a pouca roupa, enquanto ele escrevia um bilhete de aviso aos amigos da casa, que estavam no emprego. À saída o outro lembrou-lhe:

— Ainda não combinámos o percurso. Por onde pensas seguir?

— Pelo Vale Escuro, é melhor — disse Abel. E o amigo concordou.

— Saúde. E aguenta-te!  
Abel correu-lhe a mão com firmeza e meteu direito à azinhaga do Vale, olhando para trás de vez em quando.

O Vale Escuro era um plano estreito, entre duas encostas, cuja terra, dura e pardacenta, só os rendeiros de uma quinta em ruínas, à beira da azinhaga, teimavam em cultivar, enquanto a cidade não se estendia pelas encostas abaixo. Vazadoiro de lixo, o Vale era-o, também, daqueles que os cidadãos enxotavam com o pé: vendedores ambulantes, que alarmavam as manhãs com os seus pregões; meretrizes sem matrícula e músicos pedintes das ruas sombrias; tripeiros que disputavam aos cães os caixotes do lixo; e crianças também — os órfãos da cidade, os filhos de ninguém —, todos a viverem em barracas de madeira e lata ou sob velhos toldos amparados numas oliveiras decrépitas.

Desta vez, Abel não fez reparo naquele pântano de miséria em plena cidade. Queria encontrar depressa um refugio, descansar. Depois de percorrer a página de anúncios de um jornal, bateu à porta da casa que escolhera, por fim.

— É aqui que alugam um quarto?  
— Faz favor de entrar.

O quarto era sombrio, apenas com um postigo que deixava para o saguão. Fora-se a nesga do rio, o conforto do casal amigo, as risadas da Luisinha! No entanto, a senhora parecia bondosa.

— A renda é de 200 escudos — disse ela.  
— Tão cara!

A mulher justificou-se com o «mercado negro», e uma pensão mensal não lhe chegava para o comer de uma semana (era viúva de um funcionário publico). Abel hesitava. Porém, a mala pesava como chumbo, e os pés doíam-lhe tanto... Ficou.

Depois, reclinado na cama, pensou que precisava de comprar outra mala, mas de quarto e com fechadura, na qual guardasse os jornais clandestinos, pois aquela nem chave tinha. «E se, enquanto saísse, a senhoria lhe vasculhasse a mala? Talvez não. Ela não tinha cara de bisbilhoteira. De qualquer modo, não podia demorar-se.»

Saiu, à procura de um maleiro. E quando voltou, pouco depois, a senhoria dirigiu-se-lhe com semblante transtornado.

— Desculpe, o senhor ainda não me disse donde é e o que faz. Está desempregado?

— Sou caixeiro de praça — respondeu Abel, dizendo também o nome de uma terra, como sua. Também faço umas escritas...

— Ah, sim — tornou a mulher, que fez uma pausa e acrescentou: — Compreende. A gente precisa saber quem mete em casa. Vida ensarilhada já eu tenho.

O moço esforçou-se por lhe incutir confiança; mas já previa que alguma coisa irremediável se passara. Foi ver a mala e encontrou-a remexida. Uma praga saltou-lhe da boca. E foi com lágrimas reprimidas que, pela primeira vez naquele dia, se sentiu desanimado, vencido pelos acontecimentos.

Pouco tempo, porém, se manteve assim, parado e cabisbaixo. Na sua frente, alinhadas, as folhas dos jornais falavam-lhe do povo oprimido pelo fascismo e da pátria em perigo; diziam-lhe que era preciso lutar e vencer. Por momentos, divisou os olhos ensombrados por noites de vigília dos camaradas da tipografia clandestina; entreviu as suas mãos febris sobre o papel, a comporem os artigos. E ouviu — ia jurar que ouvira — o sussurro de milhares de vozes, que exigiam e gritavam: — AVANTE! AVANTE!

Então Abel pôs-se de pé resolutamente. Disse à senhora que regressaria à noite, mas sem ideia de voltar. E de novo entrou a incerteza de um refugio e os perigos da rua. Quando chegou ao local do encontro, não viu o camarada responsável. Era tarde! Lançou mão dos últimos anúncios e outra vez subiu e desceu escadas, agarrado aos corrimãos, arrastando a mala. Por fim, julgou encontrar um quarto seguro e acolhedor. Vinha dos fundos da casa, através da rádio, os acordes melancólicos de certa musica que já ouvira, não sabia onde. Distendeu os nervos. Mas quando ia para arrumar a mala e o chapéu, a senhoria observou-lhe:

— Por hoje terá de ficar sem a chave da porta.  
— Não me faz diferença.

— Mas, se quiser, ainda posso ir buscá-la ao Aljube. Ele fez uma careta de espanto e a senhoria explicou: —

É que o hóspede que cá esteve foi preso ontem, por motivos políticos.

Abel ficou como que petrificado. Só passados uns momentos pôde dizer, sem se trair: — Pois se a senhora não se importa o quarto fica apalavrado até à noite. Que eu ainda tenho de levar o mostruário desta mala ao armazém. Sou caixeiro de praça...

— Está muito bem.

Abel correu pelas escadas abaixo. «Era impossível que a casa não estivesse vigiada!» Nesse mesmo instante sentiu um calafrio. No patamar da escada, um vulto suspeito cosia-se com a sombra. Notou que era um homem baixo e com chapéu derrubado, e que o seguiu mal ele transpôs a porta. Esturgou o passo, tentando esgueirar-se por entre os transeantes que atuchavam os passeios. Era a hora em que o povo, refletindo dos empregos, se espraíava pelas ruas, estuantes de vida. Muita gente levava embrulhos e malas de mão, mas nenhuma tamanha como aquela que Abel arrastava consigo, a querer passar despercebido.

O homem lá vinha atrás, rente às paredes, como uma

Os textos de Soeiro Pereira Gomes, que hoje publicamos, representam uma pequena imagem da sua actividade de escritor militante e de dirigente do nosso Partido. «Como Utilizar as Praças de Jomas no Movimento de Unidade Camponesa» e «Refugio Perdido» são dois aspectos do mesmo combate, duas provas da mesma dedicação às lutas do Povo trabalhador. Ambas são participação e empenho, ambas são políticas. Uma no campo literário, a outra no campo da organização, da uni-	dade e da eficácia dos movimentos de massas contra os grandes agrários e contra o fascismo.
Dois textos de recorte diverso, mas um mesmo ensinamento, a saber: que a luta é a mesma para os trabalhadores, na cidade e no campo, que as pequenas e as grandes tarefas são sempre grandes tarefas, a cumprir pelo trabalhador isolado ou em grupo, com a unidade presente naquele instante ou na consciência de quem, sozinho, tem o Partido dentro de si.	

osga. Via-o, quando fingia reparar nas montras, de relance; sentia nas costas o frio da sua presença. Dobrou a primeira esquina e desatou a correr. Tinha de alcançar outra rua, antes que o agente policial surgisse de novo. Mas quando olhou para trás, já não era apenas um homem, mas dois, ou talvez mais, que pareciam perseguí-lo. E um deles era baixo e com chapéu derrubado...

Já o suor lhe escorria pelas faces; os sapatos apertavam-lhe os pés, como tenazes; e uma dor aguda fixava-se-lhe nos quadris. Mas cerrava os dentes, numa determinação de todo o seu ser. «Não largarei a mala! Hei-de entregar os jornais que os companheiros me confiaram!»

Alargou o passo quanto pôde, percorreu outra rua, dobrou mais uma esquina. E sempre uns vultos suspeitos a fixarem-no de longe e encarnicados atrás dele! Um garoto gritou à sua beira o pregão de um jornal e Abel teve um sobressalto. Depois foi uma mulher que o descompôs por ele a ter empurrado. — Vai bêbado! — ouviu-a ele dizer. Mas a injúria foi recalçada pela ideia fixa que o angustiava: «Não, não largarei a mala!» Teve vontade de gritar um desafio aos inimigos ou à cidade inteira: «Eu não tenho medo, canalhas! Um a um, podem vir todos!» Mas continuou a andar penosamente, com a mala a bater-lhe nas pernas e o suor a empastar-lhe a roupa interior.

Mais adiante, um automóvel incidiu sobre ele os focos coruscantes. Abel ficou encandeado. «Seria a polícia? Estaria metido num cerco?» Não reparara ainda que a noite descera sobre a cidade e que milhares de luzes se acenderam. Só lhe importava libertar-se daquelas sombras movediças que o seguiam por toda a parte; daqueles olhos desconfiados que o miravam de alto a baixo e lhe punham securas de enforcado na garganta. E a cidade longa, longa, que parecia não ter fim! E nem uma porta aberta para si! Ah! que se pudesse arrastar para um canto escuro onde esconder-se...

Percorreu ainda umas ruas mal iluminadas e quase desertas. De repente, perdeu o pé e apercebeu-se que rolava no chão irregular. Firmou-se e olhou em volta. A baça claridade de muitas lâmpadas, ao longe, permitiu-lhe distinguir os contornos do Vale Escuro, mergulhado na sombra e no silêncio. Ficou assim algum tempo, de ouvido alerta. A angustia foi-se-lhe esvaecendo, aos poucos. Os pés, nem os sentia! Pior era uma dor muito aguda que lhe picava o estômago. «Há quantas horas tinha comido?»

Aconchegou ao pescoço a gola do casaco; a mala serviu-lhe de traveseiro. «Ora, que lhe importava a fome!» Entregaria os jornais na hora do recurso; levava ao fim a sua tarefa. E um dia... uma certa manhã de sol radioso... sim, de sol... Ah!...»

# DA RESISTÊNCIA ANTIFASCISTA



Julio Pomar — «Ciclo do arroz — I»

## Como utilizar as praças de jornas no movimento de unidade camponesa

Entre os camponeses de certa região, designa-se por «praça» o ajuntamento dos assalariados rurais em locais certos e dia fixo, com o fim de contratar trabalho, ou — como usam dizer — tomarem patrão.

A «praça de trabalho» ou «praça de jorna» é pois um mercado de mão de obra, a que vão assalariados e proprietários rurais (ou os seus delegados: os capatazes), e em que os primeiros, como vendedores, oferecem a sua força de trabalho, e os segundos, como compradores, oferecem o salário ou jorna, que é a paga de um dia de trabalho (jornal).

Dai a designação de «praça de jorna» ou «praça de trabalho», mais apropriada do que «praça de homens» como já se tem chamado, visto que não são propriamente os homens o que está à venda no mercado, mas sim a sua força de trabalho, isto é: o conjunto das suas faculdades físicas e intelectuais utilizadas na produção.

Convém insistir neste ponto, porquanto aquela designação corresponde a uma corrente de opinião acerca das «praças», ou seja: de que elas são ainda restos do antigo mercado de escravos e, portanto, desumanas e inteiramente condenáveis. Em certo artigo doutrinário escreveu-se que «as praças de homens são, na realidade, mercados medievais da força de trabalho».

A verdade é que, antigamente, o homem do campo não era livre de dispor da sua força de trabalho: era escravo ou servo da gleba e, como tal, todo ele considerado uma ferramenta ou simples objecto de uso, que o senhor podia vender ou trocar ou, quando escravo, destruir. Os antigos romanos dividiam mesmo as forças de produção em 3 categorias: os meios de trabalho mudos (os objectos), os meios de trabalho semi-mudos (o gado), e os meios de trabalho falantes (os escravos). Ao passo que, modernamente, dentro da forma capitalista, o que constitui a mercadoria é a força de trabalho do homem, e não o próprio homem. Este, até certo ponto, é livre de escolher ou mudar de patrão ou ofício. Portanto, se no mercado medieval o homem passava das mãos de um senhor às de outro senhor, de um vendedor a um comprador, na «praça» actual o trabalhador não vende a sua força de trabalho ao lavrador, por um tempo determinado (dia ou semana) e recebe em troca um valor: o salário.

Quer isto dizer que o trabalhador recebe o justo valor do seu trabalho? De modo nenhum. Quer dizer também que o trabalhador, tendo deixado de ser escravo ou servo, é agora inteiramente livre? De modo nenhum. No sistema capitalista de produção, os assalariados estão dependentes da classe que possui os meios de produção (proprietários da terra e das máquinas, etc.), são obrigados, para não morrerem de fome, a vender as suas faculdades físicas e intelectuais. E nesse «negócio» forçado, os patrões aumentam o seu capital, enquanto os assalariados desgastam a sua única riqueza: a força de trabalho.

Pelo que acabamos de ver, e se bem que existam ainda muitos restos de medievalismo, tanto no modo como nas relações de produção agrícola (o Fôro, as censuras, o uso do arado, a designação de servo, etc.), a «praça de jorna» é fruto da sociedade capitalista, em que até as faculdades do homem constituem uma mercadoria. Tanto assim que, mesmo noutros domínios da produção, se encontram «praças de trabalho», como a Casa do Conto dos estivadores de Lisboa, os quais, ainda há bem pouco tempo, se juntavam perto das docas, para condições colectivas de trabalho.

A condenação da praça de jorna por parte de alguns doutrinários só pode basear-se no espectáculo humilhante dum grupo de homens postados em qualquer lugar de uma povoação, à espera de trabalho; bem menos humilhante todavia, do que ver estar um só homem de chapéu na mão no pátio dum lavrador, muitas vezes a suplicar trabalho por qualquer preço; não a aceitar ou recusar ofertas de preço, como é o caso na «praça».

Por outro lado, a antipatia de muitos camponeses pelas «praças», só pode fiar-se no atraso da sua consciência de classe, no seu individualismo característico, por via do qual julgam obter, sozinhos, as condições de vida que só colectivamente, unidos e em luta, conseguirão.

O que há que combater, não é a «praça de jorna» tomada isoladamente: são, sim todos os espectáculos humilhantes da sociedade capitalista; é o regime de trabalho a que estão sujeitos os proletários do campo e da cidade pela classe dominante; é a exploração brutal dum homem por outro homem.

Mas então — haverá quem pergunte — é a praça de jorna um processo mais progressivo e mais útil de contratar trabalho do que o processo individual de contrato em casa dos patrões ou dos camponeses? Afirmamos que sim.

Embora não tenhamos dados históricos sobre a instituição das «praças», o facto de elas vigorarem na região do país em que o proletariado rural está mais diferenciado e atingiu maior consciência de classe, leva-nos a admitir que as «praças» foram, em tempos, uma reivindicação camponesa, um passo em frente em relação ao contrato-individual.

O que mais importa, porém, é saber se a formação e defesa das «praças de jorna», no estado actual da classe camponesa dentro do regime salazarista, é ou não uma palavra de ordem justa e de interesse para o movimento de unidade camponesa. E se, por consequência, contribui ou não para a libertação dos camponeses do jugo fascista.

Que a «praça» é útil ao movimento de unidade dos camponeses assalariados, prova-o a resistência constante que o patronato opõe ao funcionamento normal das «praças». Assim, durante a luta contra a tabela de salários imposta pelas Comissões Arbitrárias em 1943, os patrões propuseram salários superiores aos da tabela, com a condição de que as «praças» fossem suspensas. Desse modo, iriam compensar-se mais tarde daquilo que pagariam a mais naquela altura. Também, numa certa localidade em que a tradição da «praça», há muito tempo desaparecida, foi retomada pelos trabalhadores, os patrões evitaram mandar os seus capatazes à «praça» durante duas semanas seguidas, pois sabiam, como de facto sucedeu, que as jornas subiriam logo em seguida.

Dizemos que a «praça» é útil à unidade dos camponeses; e não simplesmente à subida das jornas, porque a «praça» não representa apenas um campo de luta por melhores jornas, mas também por outras condições de trabalho; e, além disso, porque é somente através da sua unidade que os camponeses conseguirão melhorar essas condições e o seu nível de vida. É bem sabido que a união faz a força. E a «praça de jorna» comprova o ditado. Naquela, o trabalhador sente a força da união dos seus companheiros; levanta a voz; teima; defende os seus direitos. Ao passo que, no pátio do patrão ou na sua casa, porque está isolado, o trabalhador sente-se fraco; cala-se com um copo de vinho; trai os seus interesses e dos seus companheiros. Tanto assim é que, mesmo na «praça», os capatazes ou os patrões estão sempre a puxar homens firmes para a taberna ou para a conversa aparte, a fim de abrirem brecha na unidade dos trabalhadores.

Eis um exemplo claro da utilidade das «praças»: Numa certa localidade em que a «praça» vigorava há pouco tempo, uns 4 trabalhadores ajustaram preço e hora de «ferra» diferentes daquilo que estava em vigor. Na manhã seguinte, na «praça», os companheiros deram por falta deles. souberam do caso, e ameaçaram ir buscá-los a bem ou a mal. Tanto bastou para que os outros anulassem o contrato e regressassem à «praça». Foi esta, portanto, que despertou nos 4 camponeses a noção da solidariedade no trabalho, a consciência da unidade da classe. Unidade esta, que está bem patente no hábito da «molhadura» — o vinho que o patrão se obriga a dar a cada homem, após o ajuste — que nenhum trabalhador deve beber antes dos seus companheiros. (A «molhadura» é também a garantia do contrato firmado entre as duas partes). Unidade que tem de se afirmar também, na «praça», quando os patrões querem contratar somente os trabalhadores fisicamente mais fortes, deixando os mais fracos sem ganhar-pão, ou oferecendo-lhes jornas inferiores, o que deve ser repudiado pelos companheiros que ainda não desgastaram, como aqueles, a sua força de trabalho.

Que as «praças de jornas» funcionem todos os dias ou semanalmente aos domingos de tarde ou às segundas-feiras de manhã, isso depende do hábito e da natureza dos trabalhadores agrícolas, embora achemos preferível a «praça» à semana e às segundas-feiras, porque assim os camponeses ficam com os domingos por sua conta, agumentam melhor o nível das jornas e asseguram trabalho por mais tempo. O que mais importa

é fazer-se da praça de jorna um baluarte de unidade para a luta dos trabalhadores rurais pelos seus interesses imediatos.

Contribuindo para a unidade dos camponeses assalariados que devem ser a vanguarda da classe camponesa e os mais íntimos aliados dos operários, a praça de jorna contribuirá também para a libertação do povo do jugo fascista. Porque essa libertação só pode conseguir-se inteiramente, por meio da unidade de todas as camadas do povo português na luta diária, económica e política, contra a exploração, a miséria e a incultura impostas pelo Estado Corporativo.

No entanto, não basta lançar a palavra de ordem de formação de novas «praças» e defesa das que existem. É preciso organizar as praças de jornas para a luta. Sem organização, pode vigorar a «praça», pode haver espírito de unidade entre os camponeses, mas essa unidade não poderá concretizar-se no decorrer das lutas pelas condições de trabalho; tão pouco os camponeses poderão sair vitoriosos e consolidar essas vitórias.

Eis um exemplo, entre muitos: Em determinada «praça», um trabalhador consciente e de prestígio era quem dirigia o ajuste e dava sinal para se beber a «molhadura». Mas porque não tinha inteiro apoio e estava sozinho a manter a frente dos trabalhadores na «praça», sucedia que sempre alguns companheiros lhe estragavam o ajuste, aceitando jornais mais baixas. Por sua vez, os patrões tentaram peitá-lo: oferecendo-lhe jornas mais elevadas, que ele mercia, mas que recusou porque era um homem honesto, um defensor da sua classe, enfim, um comunista. Apesar disso, não conseguiu assegurar a unidade dos trabalhadores nem as jornas altas, senão quando guiado pelo Partido Comunista, a que aderiu, organizou de comum acordo uma Comissão de praça para dirigir as lutas.

O que é então uma «Comissão de praça»? É uma Comissão de Unidade dos camponeses assalariados, composta por 4 a 8 ou até mais elementos (conforme o número daqueles que vão à «praça»), nomeados por todos ou pela maioria como os mais honestos, mais firmes e mais combativos, capazes de unir os seus companheiros na «praça». Trata-se, pois de uma comissão idêntica às Comissões de Unidade dos operários nas fábricas, oficinas, etc., e de modo idêntico formada por trabalhadores de várias tendências políticas e religiosas, mas defensores dos interesses dos



Alvaro Cunhal — «Desenhos da prisão»

seus companheiros de trabalho. O que não proíbe, antes obriga, a que façam parte dessa Comissão um ou mais elementos das organizações antifascistas locais (MUD ou Unidade Nacional), especialmente um ou mais elementos do Comité Local do Partido Comunista, o grande partido das massas trabalhadoras.

Quais as tarefas que competem à Comissão de praça? Fundamentalmente, a Comissão tratará de todas as condições de trabalho dos camponeses em «praça»: ajuste de salários ou jornas; modo de execução de certos trabalhos; horário de trabalho (hora de «ferra» e «desferra»), hora de sesta; dia de «praça»; quantidade de «molhadura».

Para o bom desempenho das suas atribuições, a Comissão de praça manterá estreito contacto com as massas camponesas, a fim de saber a tempo as suas disposições e garantir o seu apoio.

Mas isto não basta. Visto que a «praça» é um campo de luta de interesses opostos, entre elementos de classes opostas (trabalhadores e patrões), visto que os patrões também se unem para a luta na «praça» apoiando-se, por vezes, nas autoridades fascistas, sairá vencedor quem usar de melhor tática. Queremos dizer, que a Comissão deverá estudar a situação da luta diária ou semanal, e saber quando deve recuar ou avançar, em defensiva ou ofensiva. Assim, estudando a natureza dos trabalhos em curso (cavas, podas, etc.), ou a urgência do patronato devido ao estado do tempo (sulfatagem ou curas, concerto de valados), ou a falta de braços em períodos de trabalho intensivo (ceifas, vindimas), a Comissão tentará um aumento nas jornas — prepara uma ofensiva. Estudando a falta de trabalhos no campo, ou a concorrência da maltesia (gabúes e ganhões), a Comissão evitará que as jornas desçam muito e depressa — prepara uma defensiva. Ofensiva e defensiva que se podem dar ao mesmo tempo, como por exemplo: sabendo-se que no fim das sementeiras haverá crise de trabalho, a Comissão de praça força a subida das jornas no começo da faina, para que, no período de crise, a descida não ponha as jornas de rastos.

Tudo se resume à unidade e acção organizadas: acção da Comissão de praça e unidade dos camponeses na «praça» e nos ranchos.

É evidente que, para levar avante tão sérias tarefas, a Comissão de praça deverá ser permanente, isto é, manter-se sempre como organismo dirigente de «praça» mesmo quando não haja motivos de luta.

Também a experiência ensina que a Comissão deverá ter carácter legal, isto é, ser conhecida e aceite pelo patronato. Todavia, não convém que a maioria dos seus elementos seja individualmente conhecida como dirigente da «praça». Evitar-se-ão, assim, as represálias dos patrões sobre este ou aquele elemento da Comissão, ou mesmo a violência das autoridades, em casos de luta mais acesa.

Mas então — pergunta-se — como deverá actuar a Comissão de praça? A actuação dependerá das circunstâncias, conforme o objectivo da

luta, o número de camponeses em «praça» e a força da unidade. De modo geral, se o objectivo é as jornas, a Comissão combina em conjunto, depois de conhecer a opinião nos ranchos, qual a jorna que se deve exigir. Em seguida, lança a palavra de ordem, por boca ou por escrito nas paredes, tal como: «Amanhã a praça deve sair a 30\$00». Finalmente, na «praça», depois de «aberto o preço» pelos capatazes, cada elemento da Comissão «aguenta» um grupo de companheiros na defesa da jorna combinada.

Em certa «praça» experiente e unida, a Comissão tem mesmo «brigadas de choque» para resistirem à guarda republicana quando chamada pelos patrões fascistas, e também para dominarem os trabalhadores vendidos ao patronato, quando os há. (Ai, a luta pelas jornas chega a demorar até à 1 hora da madrugada e a provocar tumultos). No entanto, é de convencer os trabalhadores vendidos e individualistas e inconscientes.

Mas várias «praças» há, a que não vão apenas homens: vão também mulheres. E estas merecem maior organização e solidariedade, quer pelo seu atraso geral quer porque substituem os homens em alguns trabalhos, ganhando por metade daqueles, o que só beneficia os patrões.

A mulher sofre mais do que o homem as injustiças sociais; tem actuado vivamente nas lutas contra o fascismo; e desempenhará papel importante, ao lado do homem, na construção da sociedade futura. No entanto, os trabalhadores do campo e da cidade não têm tido em devida conta as condições de vida das mulheres, sem as quais não é possível a completa emancipação das classes proletárias. Somente nós, comunistas, consideramos a mulher uma companheira no trabalho e uma camarada na luta.

É preciso organizar as camponesas na «praça», ainda que as jornas das mulheres estejam, até certo ponto, dependentes das jornas dos homens e até por isso mesmo, pois não é justo que, em trabalho igual, a mulher ganhe quase sempre por metade do homem.

Mas como organizá-las? Deverá formar-se uma Comissão de praça mista, composta de homens e mulheres, ou deverá formar-se uma Comissão feminina, ao lado da Comissão masculina? Melhor seria que as Comissões de praça fossem mistas, para que as mulheres, de pernio com os homens, ganhassem mais força de acção e experiência. Mas, porque as «praças» são distintas, embora funcionem no mesmo local, é preferível a formação de Comissões de praça femininas, às quais competem as mesmas tarefas das Comissões de praça masculinas.

com os homens, na luta contra o fascismo, serão a garantia segura da conquista dum futuro melhor para a classe camponesa.

O conhecimento das condições de trabalho nas outras «praças» da região é factor importante para uma Comissão de praça. Mas ainda: em certas «praças», só o entendimento com as Comissões de praça vizinhas pode assegurar boas condições de trabalho nessas povoações. E porquê? Porque as jornas, a hora da «ferra», etc., numa «praça», influenciam as condições em vigor noutra «praça» vizinha porque os lavradores duma povoação podem ir buscar trabalhadores em melhores condições a outra povoação.

Nestas circunstâncias, há que estabelecer a unidade camponesa entre as praças de jorna duma área, por intermédio das Comissões, que manterão contacto entre si. Melhor será formar uma «Comissão Regional de Unidade» para coordenar a luta dos camponeses nas «praças» dessa área, e composta por um ou mais delegados de cada Comissão de praça.

Evoluindo de locais para regionais, as Comissões de praça fazem alastrar e enraizar mais o movimento de Unidade, entre os camponeses assalariados.

Também, na medida em que as prestigiam e consolidam, as Comissões deverão alargar a actividade para fora das «praças», interferindo em todos os sectores da vida social que diga respeito à classe camponesa da sua localidade, tais como: racionamento, melhoramentos locais, direcção da Casa do Povo, eleições gerais.

Num recente movimento de massas por maior racionamento de pão, no qual as mulheres tiveram acção preponderante, foram as Comissões de praça que dirigiram a luta em várias localidades. E em Outubro-Novembro de 1945, durante a campanha eleitoral, houve Comissões de praça que aderiram ao movimento de Unidade Democrática, na qualidade de «comissões profissionais». Actuaram assim como verdadeiros Comités de Unidade, representativos de toda a classe camponesa local. E isto é uma evolução das Comissões de praça, num sentido mais amplo e progressivo.

Entre todos aqueles sectores de actividade camponesa relacionados com a Comissão de praça, são as Casas do Povo que, pela maior importância social, exigem mais atenção. E vejamos porquê.

As Casas do Povo têm por fim (artigo 5.º dos estatutos-modelo) representar os trabalhadores inscritos como sócios efectivos, no estudo e na defesa dos seus interesses económicos e sociais; desenvolver a assistência e a previdência, pelo auxílio em casos de doença, desemprego, invalidez e velhice; cooperar no ensino aos adultos e às crianças; realizar melhoramentos locais. Ao abrigo destas disposições — fazendo cumprir-las — os camponeses podem e devem realizar uma obra social importantíssima para a sua classe e para a população camponesa em geral. Por outro lado, sendo a Casa do Povo um organismo misto de trabalhadores e lavradores, é na Casa do Povo que melhor se pode formar a unidade antifascista, o entendimento das grandes massas rurais (trabalhadores, rendeiros e médios proprietários) exploradas pela organização corporativa e interessadas, pois, na sua destruição.

É claro que a Casa do Povo também é uma instituição corporativa apesar dos seus fins sociais, não substitui as antigas Associações de Classe dos trabalhadores rurais. É claro também, que ao Estado Salazarista não interessa cumprir, em benefício dos trabalhadores, as obrigações estabelecidas nos estatutos das Casas do Povo. O Estado Salazarista usa a demagogia mais refinada: promete facilmente, mas não dá de boa mente. No entanto, e por isso mesmo, é necessário que os camponeses tomem posse das Casas do Povo, das «suas Casas».

De que modo? Estudando os estatutos e fazendo pressão sobre os actuais dirigentes, para que ponham em prática as regalias instituídas. Exigindo eleições livres nas Casas do Povo, dentro do prazo. Substituindo, com o seu voto, os dirigentes inactivos e traidores por camponeses leais e activos, nos cargos de Direcção. Finalmente, convencendo os lavradores honestos a que substituam os agrários fascistas, nos lugares da Mesa da Assembleia Geral.

Eis aqui a grande tarefa das Comissões de praça, como dirigentes que são das massas trabalhadoras do campo, para que estas sigam na pegada dos seus irmãos proletários — os operários — que já conquistaram e transformaram, em seu proveito muitos sindicatos fascistas. Até mesmo porque, sem a posse das Casas do Povo pelos camponeses, as vantagens conseguidas nas praças de jorna podem ser anuladas de um dia para o outro, com os contratos colectivos de trabalho impostos pelos dirigentes das Casas do Povo ao serviço dos patrões. E este perigo será evitado, desde que os contratos colectivos sejam feitos e postos em prática com a participação dos legítimos representantes dos trabalhadores.

Além de tudo, os camponeses têm de desenvolver o seu espírito associativo: criar os seus organismos colectivos de direcção e aprender a resolver os seus próprios problemas; para que amanhã, morto o fascismo, venham a ter um lugar digno na Comunidade Nacional.

Nesta altura, haverá pessimistas que perguntem: — Tudo isto está muito certo, mas se os patrões não quiserem pagar as jornas mais altas que irão fazer os camponeses? Trabalhar... Pois.

A esses pessimistas responderemos com outra pergunta: — E se os camponeses não quiserem trabalhar por tais jornas, que irão fazer os patrões? Trabalhar... não.

Se é certo que os camponeses têm de trabalhar para viver e que os patrões podem viver sem trabalhar, não menos certo é que os trabalhadores rurais têm meios de defesa próprios, o melhor dos quais é a sua unidade de acção — «todos por um e um por todos».

Mas a um outro meio de defesa nos queremos referir. É as «Caixas de Solidariedade» ou «Caixas de Resistência», criadas pelos operários, mas ainda desconhecidas pelos camponeses.

O que são, como funcionam, e a que se destinam? Chama-se Caixa de Solidariedade a associação legal de quaisquer trabalhadores, em numero não superior a 20 (quando superior, são obrigados por lei a estatutos), que se quotizam de comum acordo, com o fim de se auxiliarem mutuamente ao fim de certo tempo e em determinadas circunstâncias (doença, falta de trabalho), e dirigidas por um secretário e um tesoureiro escolhidos entre os 20 sócios.

Que vantagem oferecem essas Caixas, em relação às praças de jornas? Estabelecidas por vários grupos de 20 camponeses, com o fim de auxiliarem os sócios sem trabalho e ligadas entre si pela Comissão de praça (esta ligação deveria ser secreta, porque contraria a lei), as Caixas de Solidariedade poderiam fortalecer a resistência dos camponeses, em casos de conflito com os patrões, pois que os seus fundos iriam auxiliar os sócios que, por tal motivo, deixassem de trabalhar durante um ou dois dias, ou mesmo uma semana.

Queriam os camponeses assalariados fundar Caixas de Resistência, que não faltarão camaradas experientes para lhes ensinar em pormenor as regras de funcionamento de tais Caixas. «Querer é poder» — e os camponeses podem e devem fundá-las.

Neste esboço sobre a maneira como utilizar as praças de jorna ou praças de trabalho no Movimento de Unidade Camponesa para o derribamento do fascismo, reportamo-nos a um tipo de Comissões de Unidade: as «Comissões de praça».

Não obstante, algumas normas indicadas poderão aproveitar às Comissões camponesas de outro tipo.

Trabalhar pela formação de Comissões de Unidade camponesa — Comissões de Praça, Comissões Locais, Comissões de Herdade, Comissões de Rancho — com objectivos definidos, é dever de todos os lutadores antifascistas, é dever de todos os camponeses conscientes.

# informação

## Os «revolucionários» do imperialismo

Os principais órgãos de Informação dos Estados Unidos não esconderam nos últimos dias a sua satisfação diante da nova situação criada em Portugal pelos acontecimentos do 25 de Novembro. Os grandes diários liberais como o «New York Times» e o «Washington Post» apresentam análises e conclusões muito semelhantes às de revistas profundamente reaccionárias como a «Time» ou a «Business Week». A alegria é a mesma.

Muitos dos chamados «intelectuais revolucionários» das grandes universidades também manifestam, embora de forma mais comedida, o seu contentamento diante de factos que ficaram a assinalar um recuo das forças revolucionárias em Portugal e um avanço de forças conservadoras e reaccionárias. A plataforma de entendimento entre jornais, personalidades e forças tão díspares é o anticomunismo.

Não estranhemos essas reacções, particularmente as dos «intelectuais revolucionários» de Harvard, Princeton, Berkeley e outras grandes universidades. A trajectória política desses luminários da *intelligentsia* americana obedece na maioria dos casos a uma rotina. Começam quase sempre por se dizer «marxistas». Depois querem reformar o marxismo. A seguir renegam o marxismo. A fase seguinte costuma iniciar-se pela assinatura de um contrato fabuloso com uma empresa especializada em pesquisas de natureza sociológica e política. A carreira desses senhores termina, regra geral, no Departamento de Estado.

A Revolução Portuguesa mereceu, como era de esperar, uma atenção muito particular nos Estados Unidos. Nas grandes universidades aumentou rapidamente o número de especialistas em assuntos portugueses. Repetiu-se, de certa forma, o que aconteceu com o Brasil nos anos 60. Os primeiros «brazilianists» eram claramente anti-fascistas e «revolucionários». Depois escreveram livros que foram traduzidos no Brasil, nos quais se mostraram mais tolerantes face à «tecnocracia militar» e ao «milagre económico». Hoje, alguns já colaboram com o Departamento de Estado...

Um desses intelectuais «revolucionários» mais respeitado e discutido nos últimos anos está agora na berlinda novamente na América Latina. É o prof. Luis Einaudi, que durante anos foi elogiado por sectores da ultra esquerda latino-americana como um «grande teórico». Escreveu muito sobre vários processos revolucionários e sobre a guerrilha. Grupos esquerdistas viram nele um autêntico revolucionário e dezenas de cientistas políticos passaram a citar opiniões suas como se elas tivessem uma autoridade particular. O prof. Einaudi, na realidade, esteve sempre menos preocupado com a teoria da Revolução do que com a acção dos partidos comunistas. Foi e é anticomunista. Agora sem máscara.

No início da Revolução Peruana afirmou ser um admirador do governo do general Velasco Alvarado. Chegou a criticar os erros e abusos cometidos pelos monopólios americanos.

Em 1969, na Conferência de Linspread, na qual participaram representantes dos Estados Unidos e do Peru, Einaudi apresentou-se como um conciliador cheio de compreensão face às medidas de nacionalização que abalavam os alicerces da dominação imperialista na pátria de Tupac Amaru. Manifestou-se contrário à aplicação da emenda Hickenlooper e defendeu uma política «não intervencionista».

Einaudi foi elogiado no Peru, recebido como um amigo. Fez conferências em universidades peruanas; as suas obras e artigos obtinham ampla divulgação.

O «grande cientista» já então trabalhava para a Rand Corporation. Os seus ensaios sociológicos eram feitos sob encomenda. Presentemente é um alto funcionário do Departamento de Estado. Foi nessa condição que voltou agora ao Peru como membro da comissão encarregada de defender os «interesses» da Marcona Mining Co, a grande empresa imperialista nacionalizada em Julho pelo governo de Lima. A chantagem privada da Marcona Mining cedeu o lugar à intervenção oficial da Casa Branca. E o chefe da delegação «yankee» é precisamente o prof. Luigi Einaudi, o grande ex-«revolucionário» admirado pela ultra esquerda peruana.

O presidente do Peru, general Morales Bermudez deu ao imperialismo a resposta revolucionária que ele merecia: o decreto de expropriação é inalterável! Ponto final na chantagem. Mas a escolha de Einaudi é uma advertência para nós portugueses. Nas universidades americanas estão a ser fabricados muitos Einaudi especializados em «assuntos portugueses».

## Os monopólios «ajudam» o povo brasileiro...

No Brasil não há liberdades. O Brasil é uma ditadura fascista. Uma ditadura fascista cujos dirigentes estão sempre prontos a elogiar os «benefícios» da «ajuda estrangeira». Mas no Brasil, as grandes empresas multinacionais continuam a publicar balanços, a tomar públicos certos números que são o reflexo da sua actividade. Ora essas estatísticas demonstram o que é, na realidade, a ajuda externa: uma forma de espoliação, uma maneira de roubar as riquezas nacionais.

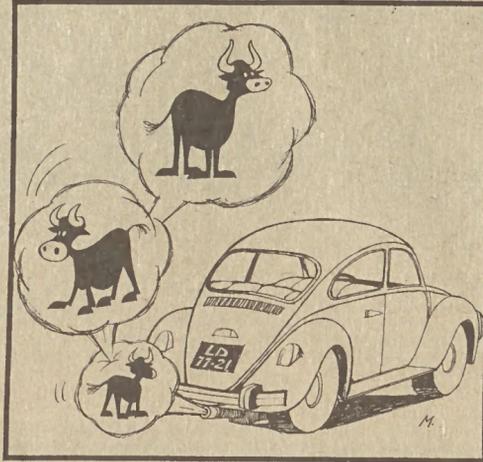
O deputado Alencar Furtado acaba de ler na tribuna da Câmara, em Brasília, algumas dessas esclarecedoras estatísticas, elaboradas com base em dados oficiais. Segundo elas, as dez multinacionais mais importantes do Brasil realizaram na última década no país investimentos no valor de 98,8 milhões de dólares (2,9 milhões de contos). No mesmo período exportaram para os países onde se localizam as suas sedes nada menos de 774,5 milhões de dólares (aproximadamente 22 milhões de contos). Significa isso que por cada dólar investido no Brasil retiraram mais de sete dólares.

Alencar Furtado falou no Congresso como presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a actividade das multinacionais. E nenhum parlamentar ousou contestar os números que apresentou. Entre as dez empresas cuja actividade serviu de base para o relatório figuram oito bem conhecidas dos portugueses, na medida em que são monopólios que operam em escala mundial. Os seus tentáculos procuram envolver o planeta. Ei-las: a Volkswagen, a Esso, a Philips, a Pirelli, a Firestone, a General Electric, a Johnson & Johnson e a Anderson Clayton.

O governo fascista brasileiro sustenta que todas essas empresas prestam grandes serviços ao Brasil. Mas os factos demonstram o contrário. A exportação de lucros realizada pelo conjunto das empresas estrangeiras desde o golpe fascista de 1964 atinge já a cifra colossal de 6.700 milhões de dólares, ou seja quase 195 milhões de contos. Os

monopólios estrangeiros controlam hoje no Brasil 100% da indústria automobilística, 60% da metalurgia não ferrosa, 60% da produção electrónica, e 55% do sector siderúrgico. O petróleo, que era monopólio do Estado, acaba também de ser oferecido numa bandeja ao imperialismo.

A maioria das gigantes multinacionais recebe uma protecção escandalosa do Estado. A Volkswagen, por exemplo. Embora as suas vendas anuais (30 milhões de contos) sejam superiores ao orçamento da maioria dos Estados brasileiros, goza de isenções de impostos muito especiais. A direcção da empresa foi vivamente felicitada quando, beneficiada por essas facilidades, adquiriu no Pará terras com uma extensão de 2.200 Km<sup>2</sup> (três vezes a superfície da Madeira) para montar uma exploração agro-pecuária. Segundo os planos divulgados, a Volkswagen começará por criar gado. Depois instalará fábricas, frigoríficos, etc. etc.



Apesar de todas as podridões do capitalismo monopolista, a Volkswagen não pensa criar gado na República Federal da Alemanha. Mas no Brasil acha que se trata de um óptimo negócio.

Recebe terras quase de graça, não paga impostos e dispõe de uma força de trabalho baratíssima. Os trabalhadores agrícolas, no Pará, ganham, de acordo com a lei, um salário mínimo mensal equivalente a 1.300\$00. A maioria dos latifundiários locais conta com a complicitade da polícia e das Forças Armadas e não paga os salários oficiais. A Volkswagen, generosamente, pagará os míseros 1.300\$00 por cabeça. E acumulará milhões. Milhões roubados ao povo brasileiro que serão exportados para a Alemanha Federal. Em São Paulo, vale a pena recordar, há directores da Volkswagen cujos vencimentos mensais são superiores a 200 contos por mês.

O general Geisel, chefe da ditadura brasileira, é um grande admirador dos monopólios e do tipo de «ajuda» que prestam ao Brasil. O ex-general António de Spínola já confessou também em entrevistas à imprensa a profunda admiração que lhe inspiram as soluções económicas adoptadas pelo governo do Brasil. Desejaria para Portugal um tipo de «ajuda» semelhante à que a Volkswagen e outros monopólios dispensam ao Brasil fascista. O sr. Sá Carneiro também. E outros que pensam como ele. Até o dr. Mário Soares.

Em Portugal, não o esqueçamos, a quinta coluna do imperialismo levanta a cabeça.

## Apoio total de Cuba à Revolução Angolana

«Cuba lança um apelo a todos os Estados progressistas, a todas as forças que desejam a liberdade, a todos os homens e mulheres honestos, para que exprimam a sua mais firme e total solidariedade com a República Popular de Angola» — foi com este apelo veemente que o delegado de Cuba na Assembleia Geral das Nações Unidas terminou a sua intervenção sobre Angola, após denunciar os perigos que pendem sobre a jovem República que nasceu já sob a realidade de uma invasão, apoiada por forças internas, que continuam a arrogar-se direitos de «movimentos de libertação» e que constituem o mais firme suporte do imperialismo no interior do território angolano.

«Quinze anos depois — afirmou o representante permanente de Cuba na ONU — o mundo assiste à dramática repetição dos acontecimentos que em 1960 ensanguentaram o Congo e levaram ao assassinato de um dos melhores filhos do seu povo — Patricio Lumumba.»

O embaixador de Cuba na ONU assinalou que declarações recentes do governo dos Estados Unidos e a incessante campanha da imprensa norte-americana, parecem apontar para a intenção do imperialismo de desencadear uma intervenção aberta, em grande escala, contra a República Popular de Angola. «Incapazes de aprender lições bem evidentes e recentes, tentam repetir em Angola a experiência do Vietname» — acrescentou.

«É em Angola que se está hoje a definir se o continente africano será totalmente libertado da exploração colonialista e racista ou se os inimigos seculares destes povos serão ainda capazes de manter por mais tempo o seu infame sistema de escravatura» — afirmou também o embaixador permanente de Cuba na ONU, que advertiu que os que se mantêm de braços cruzados e silenciosos face à criminosa agressão dos colonialistas e dos racistas contra o povo angolano não terão amanhã qualquer autoridade para se proclamarem os defensores dum anticolonialismo que não apoiaram quando se impunha.

A presença da África do Sul no território de Angola, como força invasora, é uma realidade inequívoca, que nenhuma tentativa de deturpação dos factos pode encobrir. Aliás, Vorster não manifesta sequer particular preocupação nesse sentido. Só os movimentos fantoches da UNITA e da FNLA se esforçam ainda por ocultar a sua aliança com o racismo sul-africano. Um delegado da FNLA em Roma teve mesmo a desfaçatez de afirmar que «a FNLA nada tem a ver com as tropas sul-africanas agora envolvidas na guerra civil angolana». Os factos são entretanto indelmentíveis. Ainda recentemente, nove militares do exército sul-africano, que integravam uma coluna blindada FNLA-UNITA,

foram mortos em território angolano. A ridícula versão sul-africana dos factos, em que se afirma que os soldados sul-africanos teriam morrido em «defesa das fronteiras do país», em nada os altera.

A despuadora intervenção externa contra a República Popular de Angola acentuou, entretanto, em África e em todo o mundo, um movimento geral de solidariedade e apoio ao único representante e defensor dos interesses do povo angolano — o MPLA. Tal solidariedade manifesta-se mesmo da parte de alguns que não estariam particularmente interessados na instauração de mais um regime abertamente progressista em África, num país com as dimensões e a importância económica de Angola. O governo nigeriano reconheceu a semana passada o governo de Angola, encabeçado pelo MPLA. A Tanzânia acaba de solicitar à OUA a convocação de uma cimeira de emergência para debate da «interferência da República da África do Sul em Angola».

Neste momento o imperialismo joga em força em Angola. As intuições são nítidas — impedir a formação em África de mais um Estado progressista, determinante em todo o contexto político africano; salvar os imensos lucros das transnacionais, na exploração das riquezas angolanas; proteger os interesses estratégicos da África do Sul — ponta de lança do imperialismo em África — nesta zona.

Todos os esforços são dirigidos no sentido de sufocar o processo de verdadeira libertação de Angola, derrotar pelas armas um povo que de há muito se bate, de armas na mão, pela liquidação do colonialismo e a construção de uma sociedade livre e progressista. A falta de melhor, o imperialismo também admite a amputação de um qualquer território da República angolana. Gorados os seus esforços para se apoderar de Cabinda, planeia hoje apropriar-se da zona sul do país, com que constituiria uma «zona-tampão», centro de provocações contra a República Popular de Angola.

A campanha que está a ser desenvolvida nos Estados Unidos (e não só), contra a verdadeira Angola, a Angola do povo angolano e da sua vanguarda organizada, o MPLA, a Angola vítima de múltiplas provocações internas e de uma real invasão externa — aponta o instigador da guerra, o centro de toda a acção provocatória, de que a racista África do Sul é instrumento. Para os EUA, para o imperialismo americano, é forte a tentação de uma intervenção mais aberta, que a seus olhos poderia surgir como decisiva, mas em todo o caso difícil e de resultados duvidosos. O exemplo do Vietname é inesquecível, mesmo para a memória do imperialismo, que naturalmente desejaria apagá-lo das suas recordações. São cada vez mais vincadas as dificuldades de que se erige o caminho da provocação armada directa e aberta.

A realidade da intervenção da África do Sul, de convívio com a UNITA e a FNLA, mesmo que não venha a assumir um carácter ainda mais aberto, exige o reforço da solidariedade com Angola. Uma solidariedade de todos os que se batem contra o colonialismo, pela paz, pela liberdade. Uma solidariedade que, em conjugação com a heróica luta do povo angolano, possa desarticular, tão rapidamente quanto possível, os sinistros esforços da reacção internacional. Uma solidariedade que se erga como muralha às infames tentativas do imperialismo para continuar a manter, dentro da «normalidade» da vida política internacional, a prática da intervenção na vida interna de cada país, sempre que a sua evolução lese os interesses das multinacionais, das forças mais reaccionárias e agressivas.

## O sionismo recua e agride

Israel entregou ao Egipto, através das Nações Unidas, o complexo petrolífero do deserto do Sinai, ocupado pela força há oito anos.

Para obstar às dificuldades que Israel viria a encarar na aquisição de petróleo, os Estados Unidos apressaram-se a conceder uma ajuda de 350 milhões de dólares, para garantia de um fornecimento regular.

Nos telegramas com que as agências noticiosas do mundo capitalista noticiaram o facto, a entrega do complexo petrolífero do Sinai ao seu legítimo dono é invariavelmente apontada como «gesto de boa vontade», «gesto de paz» da parte de Israel. Reportando-nos à origem dos factos — a agressão israelita, a ocupação de terras sob o arrogante pretexto de necessidade de «defesa das suas fronteiras» —, o qualificativo de «gesto de paz» empregue pela informação burguesa seria profundamente ridículo, se não reflectisse um apoio real à política agressiva de Israel, uma tentativa para lançar poeira aos olhos dos povos, transformando o agressor em vítima, o forçado recuo israelita em acto deliberado de paz.

Na mesma altura em que tal «gesto de paz» se concretizava, Israel prosseguia, de uma forma muito concreta, com a sua política agressiva. Aviões israelitas bombardeavam populações civis do Líbano. A verdadeira face de Israel não pode ficar encoberta por uma cedência parcial, que em nada altera a situação de fundo que se vive no Médio Oriente.

Israel é hoje, como antes, um país agressor, ponta de lança do imperialismo nesta zona, força reaccionária que opera contra a luta pela paz e o progresso social, pela libertação económica e política em relação ao imperialismo dos povos dos países do Médio Oriente. A sua função é derrubar e impedir a formação de regimes progressistas, apoiar os regimes reaccionários, fomentar a divisão entre os povos árabes.

A entrega do complexo petrolífero do Sinai foi um acto de cedência, face a uma situação dia a dia mais desfavorável aos seus intuíto agressivos. Mas insere-se no contexto de um acordo que em nada beneficia os povos árabes, antes dá abertura a uma falsa solução, profundamente oportunista, em que o fundamental é sacrificado. Hoje, como ontem, Israel persiste na sua recusa em aceitar negociar a única paz possível, com a presença de todos os interessados, em particular a Organização de Libertação da Palestina (OLP).

Não é possível a verdadeira paz no Médio Oriente enquanto pretensos «gestos de boa vontade», que representam parciais cedências políticas, se processarem paralelamente ao recrudescimento dos actos agressivos.

- Em declarações ao jornal mexicano «Excelsior», o presidente Francisco Morales Bermudez, do Peru, afirmou: «Não haverá as eleições que a direita pede. A segunda fase da revolução peruana terá, segundo as previsões, uma duração de seis anos, e será orientada por um plano político de governo que está agora a ser elaborado». Morales Bermudez declarou ainda que a necessária transferência de poderes implica «a necessidade de reforçar as organizações de base existentes, permitindo o seu desenvolvimento autónomo, e de impulsionar o nascimento de novas organizações populares».

- O sistema económico latino-americano (SELA), que agrupa 26 países do continente — excluindo os Estados Unidos, naturalmente — foi definitivamente constituído como o primeiro organismo regional de integração e coordenação económica.

- A Northern Mining Corporation, subsidiária da multinacional ASARCO, empresa mineira que se dedica à exploração de cobre no Peru, foi nacionalizada, na sequência de evidente prática de sabotagem económica. A tática seguida foi semelhante à da Marcona — desmantelamento da empresa, ameaça de encerramento, para forçar o Estado a ceder às suas exigências.

- A política social e económica levada a cabo pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS) tem como principal objectivo elevar o nível de vida do povo. Assim, de 1971 a 1974, o salário médio mensal aumentou de 15 por cento para os empregados e operários e de 23 por cento para os camponeses. A média de habitações entregues, em cada ano, é de 200 mil, com uma área habitacional que excede os 100 milhões de metros quadrados. Nos últimos cinco anos 56 milhões de soviéticos receberam novas habitações.

- O Primeiro-Secretário do Partido dos Trabalhadores do Vietname, camarada Le Duan, afirmou que o seu povo, juntamente com o povo soviético, seguirá sempre o caminho traçado por Lênine. «Os trabalhadores e o povo do Vietname — acrescentou — estão plenamente decididos a seguir até ao fim a rumo preconizado por Ho Chi Minh de desenvolver a revolução socialista e dirigir todos os esforços para que «a grande amizade vietnamita-soviética seja eterna e indestrutível».

- O número de pessoas presas desde o sangrento golpe fascista no Chile está calculado em cerca de cem mil. Os presos desaparecidos ultrapassam os 120.

- Antigos membros da Segurança Geral de Atenas — polícia dos coronéis gregos — foram condenados de 4 a 10 anos de prisão por prática de tortura. Dez outros polícias foram absolvidos.

- 860 000 empregados do sector público japonês estão a realizar a mais longa greve registada no Japão.

- Noventa por cento da população brasileira sofrem de infecções parasitárias — segundo foi afirmado no I Simpósio de Investigação Científica e Tecnológica que se realizou no Rio de Janeiro.

- O camarada Kim Il Sung, chefe de Estado da República Popular da Coreia e secretário-geral do Partido dos Trabalhadores da Coreia, afirmou que a presença militar norte-americana na Coreia do Sul constitui o principal obstáculo à reunificação do país, e reclamou a retirada imediata das forças militares americanas daquela zona.

- Os restos mortais do camarada Amílcar Cabral, fundador do PAIGC e seu primeiro secretário-geral, regressarão a Bissau a 20 de Janeiro, terceiro aniversário do seu assassinato.

- A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética reuniu-se para aprovar os planos de desenvolvimento do país e o seu orçamento para o próximo ano.

- «É uma lástima ver tantos camponeses sem um palmo de terra para viver num lugar onde a «Gulf Western» tem milhares e milhares de hectares» — declarou o bispo da diocese de Altgracia (República Dominicana). Na região a que se refere — região oriental — a terra está na posse de uma multinacional e de alguns latifundiários.

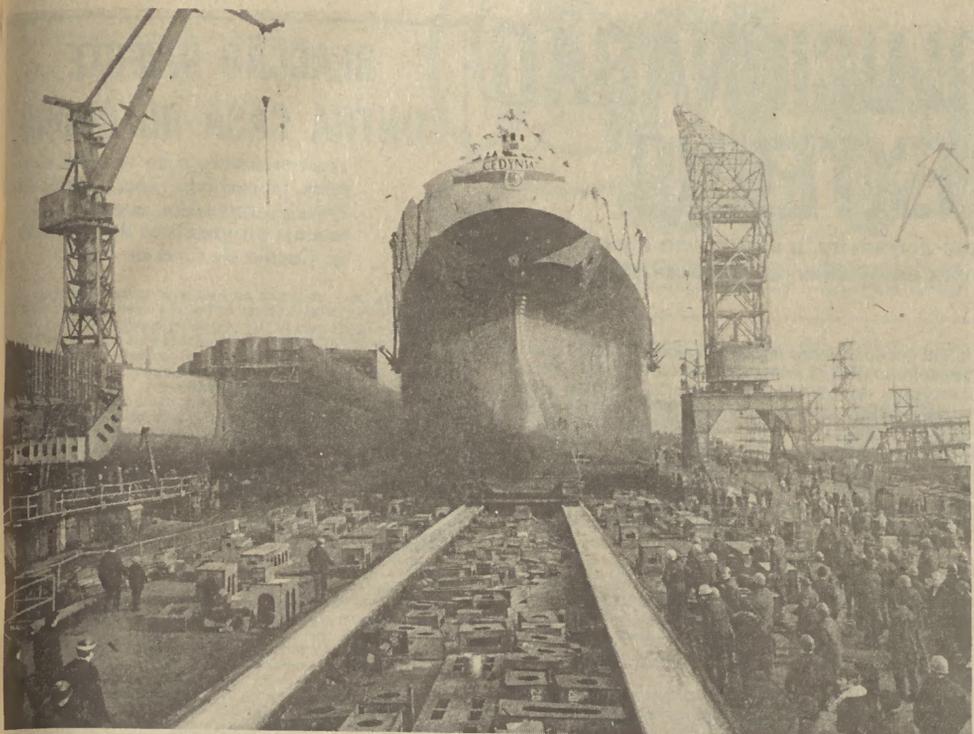
- A 15 de Fevereiro próximo realizar-se-á em Cuba um referendo destinado a aprovar a nova Constituição da República, que consagrará todas as conquistas revolucionárias. A 24 de Fevereiro de 1976, por ocasião do 81.º aniversário da guerra de independência de 1895, iniciada por José Martí, será solenemente proclamada a Constituição Socialista de Cuba.

- A ditadura brasileira contratou os serviços de pelo menos dois especialistas coreanos em métodos de tortura. Estão trabalhando no sinistro CODI-DOI (ex-OBAN) em São Paulo. A vasta experiência dos fascistas brasileiros em métodos de tortura (foram os mestres da polícia política de Pinochet) não foi pelo visto considerada suficiente para reprimir os patriotas presos. Tornou-se necessário apelar para a «tecnologia» estrangeira asiática mais «refinada». As polícias fascistas de todo o mundo entendem-se.

- A cimeira dos países da Comunidade Económica Europeia realizada em Roma caracterizou-se pelas habituais divergências entre a Grã-Bretanha e os seus parceiros do Euromercado.

- Os militares fascistas brasileiros mostram-se felizes com a assinatura do acordo atómico com a República Federal da Alemanha. Segundo o general Reynaldo de Mello, comandante do I Exército, o tratado coloca o país em condições de fazer frente a qualquer potência atómica. Os marechais de Hitler, numa época em que não havia armas nucleares, usavam uma linguagem muito parecida. O fascismo brasileiro representa para os países vizinhos uma ameaça comparável à que o nazismo representou para a Europa em 1939.

- O camarada Aristides Pereira anunciou em Bissau que o III Congresso do PAIGC se realizará em Janeiro.



A Polónia ocupa um dos principais lugares na construção naval, exportando para todos os países do mundo. A construção de unidades altamente especializadas, dotadas do equipamento mais moderno, satisfazem a procura necessária ao aumento de volume das transacções comerciais internacionais

# A POLÓNIA AVANÇA NA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

## O VII Congresso do Partido Operário Unificado Polaco é mais um passo rumo à consolidação do socialismo naquele país, permitindo ao povo viver melhor e na abundância

O VII Congresso do Partido Operário Unificado Polaco, que se realizou de 8 a 12 de Dezembro, significa mais um passo importante na consolidação do socialismo naquele país.

Tendo sido realizado o programa contido nas resoluções do VI Congresso, programa esse que em muitos casos foi largamente ultrapassado, uma nova etapa vai ser percorrida pelo povo polaco rumo a uma sociedade de progresso.

A título de exemplo, os trabalhadores polacos do sector socializado, a partir de Janeiro de próximo ano, passarão a receber salários que deixam de estar atíngidos pelos impostos ou por quaisquer descontos para a reforma ou assistência médica. O Estado passa a assegurar todo o apoio, tanto na doença como na velhice, aos trabalhadores do sector socializado.

Entretanto, e levando à prática o direito ao trabalho de todos os cidadãos, nos últimos cinco anos foram criados 1 850 000 novos postos de trabalho no sector socializado, o que teve uma grande importância social. Com os postos de trabalho libertados pelos trabalhadores que se reformaram permitiu, nesse espaço de tempo, empregar cerca de três milhões de pessoas. A política do pleno emprego teve uma influência radical relativamente ao aumento dos rendimentos da população e ao melhoramento da situação de numerosas famílias, reforçando o sentido da segurança social e a certeza no amanhã entre os trabalhadores. Por outro lado a assistência médica gratuita foi estendida a toda a população rural, ou seja cerca de 6,5 milhões de pessoas. Ao mesmo tempo foi alargado o direito de reforma aos agricultores que transferiram as suas terras para o Estado.

### ÊXITO ECONÓMICO

A publicação em 1973 dos novos estatutos das cooperativas especializadas contribuiu para divulgar os seus princípios e estimular os agricultores a optar por esse sistema. Uma característica muito importante dos estatutos das cooperativas especializadas é a definição dos princípios de organização que tornam possível prosseguir o desenvolvimento das propriedades individuais dos membros da cooperativa e, ao mesmo tempo, o incremento dos recursos especializados de produção colectiva, tais como a jardinagem, a apicultura, a fruticultura, produção de sementes, a criação de aves domésticas, de carneiros, de porcos, etc. Durante os primeiros três meses de 1975 foram fundadas na Polónia 33 cooperativas deste tipo.

Simultaneamente fortaleceram-se, do ponto de vista organizacional e económico, as antigas cooperativas. Englobaram-se pequenas unidades que dispunham de lotes de terra bastante reduzidos e situados uns ao lado dos outros. Assim, começaram a surgir e continuam a ser fundados complexos cooperativos com um único centro de gestão económica e social e com sucursais nas aldeias vizinhas. A tendência actual é levar essas sucursais a transformarem-se em fazendas de produção especializada.

### OS RESULTADOS

A produção tem aumentado consideravelmente. Foi particularmente grande (49%) a que se registou na colheita de cereais, e as médias da beterraba de açúcar e da batata foram maiores nas cooperativas, em comparação com as das propriedades individuais. Como resultado da intensificação do uso de fertilizantes, da aplicação de uma agro-técnica apropriada e da introdução do cultivo de novas variedades — as cooperativas produziram em 1974 mais de 321 milhares de toneladas de cereais, isto é, 6,5% mais que em 1973; colheram 263 milhares de toneladas de batatas (aumento de 5,2%); 303 milhares de toneladas de beterraba açucareira (aumento de 4,5%).

Pela intensificação da produção de forragem nas suas terras e pela compra de forragens produzidas industrialmente, as cooperativas conseguiram um incremento considerável do número de cabeças de gado, tendo aumentado a sua venda para o consumo, bem como de outros produtos de origem animal. Cresceu também o número total de gado (com a excepção de cavalos) por hectare de terra arável.

Planeou-se com precisão a especialização nas diferentes herdades cooperativas no domínio da criação de porcos e de outros animais, de aves e de carneiros. Estão a surgir grandes propriedades especializadas na produção de suínos e de frangos (de 200 mil a 1 milhão de aves por ano) e outros grandes complexos agrícolas.

O desenvolvimento tão dinâmico destas cooperativas criou em muitas delas condições para a colaboração com unidades individuais no âmbito da criação de suínos, na produção de legumes e de frutas destinadas a unidades cooperativas de transformação industrial.

No último ano uma 300 cooperativas mantinham esse tipo de acordo com onze mil quintas individuais. Foram estabelecidas reservas financeiras que asseguram, em anos de co-

lheitas menores, a estabilidade económica dos membros das cooperativas. Em todas elas aumentaram consideravelmente os lucros destinados à distribuição e ao aumento salarial dos trabalhadores empregados.

### AS CONDIÇÕES DE VIDA

Os crescentes lucros proporcionam a aplicação de somas consideráveis em melhoramentos e, antes do mais, nas condições de habitação. No espaço dos últimos quatro anos os membros de cooperativas agrícolas construíram mais de 4 mil novas moradias com água corrente e electricidade e, em muitos casos, também com gás.

Além disso, modernizaram mais de 5 mil antigas moradias. Valendo-se dos fundos obtidos dos lucros gerais para fins socioeconómicos, as cooperativas contribuíram para a manutenção de 144 estabelecimentos pré-escolares, mantêm 147 centros de férias para 2363 crianças, organizam todos os anos uns 80 campos de verão para jovens, mantêm 145 centros para crianças. Possuem também 202 estádios desportivos e numerosos outros centros ligados à educação e ao ensino de crianças e jovens, tais como jardins de recreio, clubes juvenis, bibliotecas, cafés, pequenos museus, etc. Esses fundos são também destinados à organização de excursões turísticas colectivas no país (20 845 participantes em 1974), viagens ao estrangeiro (4287 participantes em 1974), idas a teatros, cinemas, encontros desportivos, etc.

Continuar a melhorar sistematicamente o nível de vida material, social e cultural da nação será o objectivo fundamental da política social e económica do Partido Operário Unificado Polaco.

A elevação do nível de vida exprimir-se-á, antes de tudo, por um novo aumento dos rendimentos reais da população. O aumento dos rendimentos monetários provirá principalmente dos aumentos salariais, que progredirão de tal modo que em 1980 o salário real médio aumentará 16-18 por cento em relação a 1975. Os rendimentos monetários da população agrícola aumentarão na mesma proporção. Por outro lado os salários mais baixos registarão um novo crescimento.

No quadro da realização do programa de desenvolvimento da produção de artigos industriais de uso corrente será preciso aumentar enormemente, no próximo quinquénio de 1976 a 1980, os fornecimentos ao mercado em móveis e outros artigos indispensáveis ao equipamento da habitação.

Um dos principais objectivos sociais, durante os anos de 1976-1980, será o melhoramento da situação em matéria de habitações, estando prevista a construção de 1 525 000 apartamentos.

Estes alguns dos vastos objectivos a que se propõe o VII Congresso do Partido Operário Unificado Polaco, que dentro de dias se vai realizar, tendo em conta o bem-estar e o progresso do povo polaco.

# SEGURANÇA DE VIDA NA HUNGRIA

## Na Hungria, nenhum operário está sujeito a ouvir frases como: a fábrica vai fechar, está despedido. Com efeito, uma das grandes conquistas do socialismo foi o estabelecimento do direito ao trabalho, que só pode ser conquistado com a instauração de relações sociais socialistas

Analisando as conquistas sociais e económicas mais importantes dos últimos trinta anos da República Popular da Hungria, temos que falar obrigatoriamente do pleno emprego e da segurança de que desfruta toda a população.

Quando, há alguns anos, se explicava aos visitantes idos dos países capitalistas desenvolvidos que na Hungria todos podiam encontrar trabalho de acordo com as suas qualificações, ou ainda quando as delegações de operários húngaros que visitavam esses países falavam desse facto, acontecia que inclusivamente dirigentes sindicais não davam a esta afirmação o seu justo valor. Nesses países e durante esse período a conjuntura era favorável ao emprego e chegava-se mesmo a admitir que na sociedade de consumo o desemprego não ameaçaria mais os trabalhadores. Mas, depois de 1974, quando as bichas de espera voltaram a aparecer nos escritórios e nas caixas de desemprego, quando os que olham o futuro com insegurança se tornaram mais numerosos, puderam então compreender a razão por que, na Hungria, se considera que a segurança da existência tem prioridade sobre, por exemplo, a compra de um automóvel.

### AS RELAÇÕES SOCIAIS SOCIALISTAS

Desde que existe na Hungria o poder popular, o emprego nunca foi um problema especificamente económico; o pleno emprego decorre em primeiro lugar das relações sociais socialistas.

O processo iniciou-se no princípio de 1950 com a industrialização em grande escala que teve como finalidade pôr a planificação não só ao serviço do desenvolvimento económico, mas simultaneamente ao serviço do alargamento do emprego. Este período foi o da criação da indústria pesada e da indústria de construção, período em que todos os homens e todas as mulheres que acitsem trabalho nestes sectores encontraram um emprego.

A meio dos anos 60, outras necessidades se fizeram sentir. As mulheres dos centros industriais e mineiros quiseram sair dos limi-

tes do seu trabalho, mas não aceitaram senão trabalhos menos penosos que os da mina: fabrico de têxteis, de instrumentos de precisão, etc. Ao mesmo tempo, o campo apresentou-se igualmente em cena.

Com a passagem da agricultura a grandes explorações, com a mecanização, ficaram disponíveis centenas de milhares de braços. Então, fez-se aparecer a fábrica. Foram construídas, perto das minas e dos centros metalúrgicos, empreendimentos empregando, na sua grande maioria, mulheres. Mas a indústria instalou-se também nas regiões agrícolas e, até, nas comunas que ofereciam mão-de-obra disponível.

Era necessário, evidentemente, pagar o preço de tudo isto: a construção de novas fábricas custava mais caro que a reconstrução ou o alargamento das já existentes. Mas o sistema económico e social socialista, a economia socialista planificada encarregaram-se desta sobrecarga de gastos para garantir a segurança da sociedade por um alto nível de emprego.

Actualmente, a Hungria conta com 10, 5 milhões de habitantes; o número de pessoas de idade activa é de 6, 4 milhões. Sobre este n.º, o das pessoas activas é de 5, 1 milhões e o das pessoas a cargo é de 1, 3 milhões. Além disso, os reformados são 1, 7 milhões e, portanto, o número total de pessoas usufruindo de rendimentos próprios é de 6, 8 milhões. É preciso notar que este elevado nível de emprego garante não só a segurança da existência, mas faz também com que a maioria das famílias todos os adultos, ganhem o seu pão.

### O FUTURO PLANIFICADO

Mas quais são as garantias para o futuro? Neste aspecto e antes de mais devemos focar a planificação a médio e a longo prazo. Os planos preparam as medidas económicas que tenham por objectivo o pleno emprego. Por outro lado, a formação dos jovens é adaptada aos planos económicos.

Na verdade, os fundamentos da segurança da

existência encontram-se neste nível — nas gerações que se repartam entre as escolas, os institutos de ensino especializado e as universidades — dado que os planos de desenvolvimento económico contam desde o começo com as classes de idade que devem entrar na produção, enquanto o sistema de ensino se esforça por satisfazer as necessidades de qualificação.

A estrutura da economia modifica-se constantemente, e, paralelamente a essas modificações, a necessidade de mão-de-obra dos sectores particulares muda qualitativa e quantitativamente. Do ponto de vista da segurança, o modo como a mão-de-obra é reagrupada entre os diversos empreendimentos, os diversos sectores económicos e, até, as diferentes regiões, não é indiferente, mesmo nas condições em que a procura de mão-de-obra ultrapassa a oferta.

De um modo geral, pode-se dizer que as consequências destas mudanças estruturais — quando um ramo industrial ou certas empresas perdem a sua importância, quando a produção de uma empresa é modificada ou quando se fundem empresas — não são suportadas pelos trabalhadores.

Desde que as fábricas se tornaram, na Hungria, propriedade colectiva, jamais um operário ouviu palavras como: tome a sua caderneta de trabalho, procure outro emprego, acabou a produção. É verdade que pode acontecer que uma fábrica demasiado velha possa fechar, e até que minas de carvão possam encerrar (o que sucedeu há alguns anos). Mas nesses casos, as instituições oficiais fazem o necessário para voltar a empregar ou para reciclar os trabalhadores. Por seu turno, os sindicatos asseguram para que o seu rendimento não diminua no novo emprego. Em alguns casos, o encerramento de velhas fábricas deficitárias é adiado por alguns meses, até que os trabalhadores sejam novamente colocados.

No futuro, não se pode esperar que as mulheres domésticas ou os homens vindos da agricultura venham engrossar os efectivos da mão-de-obra industrial. A economia nacional só pode contar com a

nova geração, mas esta será menos numerosa durante os próximos 15 anos que a classe de idade que entra actualmente na produção. Todavia, não é este refluxo demográfico, mas o estado equilibrado da sociedade socialista e o seu desenvolvimento económico, que assegurará a segurança nos futuros anos.

### TOTAL SEGURANÇA SOCIAL

Um importante factor da segurança do indivíduo e da sociedade é o sistema social desenvolvido. Uma das tarefas da política social húngara consiste em prover às necessidades dos que se encontram em dificuldades sem que sejam disso culpados, assim como em reduzir os desvios dos rendimentos familiares. Estes dois objectivos da política social manifestam-se no facto de, no rendimento total da população e dos serviços sociais aumenta mais rapidamente que o rendimento em espécies proveniente do trabalho. As prestações sociais formam actualmente 25% a 26% do rendimento total da população.

A segurança social é uniforme, total e estende-se ao conjunto da população. Todos os cidadãos beneficiam de cuidados médicos gratuitos, entre os quais os tratamentos hospitalares. Os segurados pagam apenas 15% do preço dos medicamentos e alguns deles são gratuitos.

Na Hungria todos os trabalhadores, inclusivamente os camponeses das cooperativas, têm direito ao abono de reforma. A idade da reforma é de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres.

Nas profissões insalubres existem abatimentos de idade. A manutenção do valor real dos abonos de reforma é assegurada pelo aumento automático anual do seu montante.

Um importante grupo das prestações da segurança social são: abono de maternidade, abono às mães que ficam em casa a cuidar dos filhos, abono em caso de doença da criança, abono familiar para protecção da família. Estas prestações interessam a um terço das famílias.

# A JUGOSLÁVIA AJUDA NAÇÕES ATRASADAS

## A Jugoslávia é um dos países socialistas empenhados na ajuda fraternal às nações subdesenvolvidas. Em 18 anos essa ajuda ascendeu a 78 milhões de contos

Um quinto do trabalho realizado pelas empresas jugoslavas de projectos e construções destina-se ao estrangeiro, principalmente a países em desenvolvimento. Este facto explica-se por várias razões. Em primeiro lugar é um resultado da apurada técnica jugoslava, aperfeiçoada ao longo de muitos anos numa concorrência difícil com gigantescas empresas dos países mais desenvolvidos do mundo. Em segundo lugar a Jugoslávia desenvolve há muito formas de cooperação com países do Terceiro Mundo que precisam de ajuda técnica e económica.

No período de 1956 a 1974 as empresas jugoslavas realizaram em áreas subdesenvolvidas do mundo trabalhos de construção e projectos no valor de 2650 milhões de dólares (cerca de 78 milhões de contos). Nesse período construíram 26 centrais eléctricas, 29 portos marítimos, canais de irrigação, estradas, aeroportos, hospitais, escolas, edifícios administrativos, casas e 2400 poços, além de elaborarem 29 projectos industriais.

A difusão da tecnologia e a preparação de quadros profissionais representam também importantes factores na ajuda jugoslava aos países em desenvolvimento. É de salientar que os técnicos jugoslavas aplicam sistemas de aproveitamento integral das matérias primas locais e do trabalho desenvolvido pelos quadros de cada país, com aproveitamento máximo de todas as suas potencialidades. Calcula-se que cerca de 80 empresas jugoslavas se empenham até hoje em obras importantes nos países em desenvolvimento. Todavia, as experiências jugoslavas no domínio das construções datam de 1952, quando se concluiu o primeiro trabalho na Síria.

As empresas jugoslavas realizaram ou realizam actualmente trabalhos em 43 países em desenvolvimento. A colaboração da Jugoslávia com esses países desenvolve-se de acordo com o espírito da Conferência dos Países Não Alinhados efectuada na Argélia, no âmbito da resolução da Assembleia da República Socialista Federativa da Jugoslávia sobre o incremento das relações económicas com o estrangeiro, e também na base das recomendações da Assembleia Geral das Nações Unidas. Tem aumentado constantemente o número de empresas jugoslavas que participam nesta colaboração. A título de exemplo refere-se que nos primeiros sete meses deste ano, se concluíram trabalhos no valor de 470,4 milhões de dólares nos países subdesenvolvidos, enquanto que os trabalhos realizados no ano passado ascenderam a 280 milhões de dólares, contra os 232 e 170 milhões de dólares nos anos de 1973 e 1972, respectivamente.

Em análises efectuadas por regiões, sobressai o valor dos trabalhos realizados até agora em África. Nos últimos vinte anos, incluindo o balanço dos primeiros sete meses deste ano, as firmas jugoslavas levaram ali a efeito importantes obras no montante de 1 121,1 milhões de dólares. Importa também referir os 116,0 milhões de dólares provenientes dos trabalhos concluídos no período considerado deste ano. Se a África é o principal mercado para os investimentos jugoslavas, a Ásia é o pelo valor dos trabalhos concluídos este ano. Com efeito, nos primeiros sete meses deste ano fizeram-se acordos na Ásia para a realização de importantes trabalhos no valor de 354,4 milhões de dólares.

### A QUALIDADE JUGOSLAVA

As empresas jugoslavas representam para os investidores dos

países em vias de desenvolvimento a garantia de que o trabalho será de qualidade e que se efectuará dentro dos prazos com absoluta valorização e aproveitamento das riquezas locais. Podemos citar alguns exemplos da colaboração no que respeita a projectos e construções. No Egipto, a fábrica de máquinas agrícolas, estações de irrigação, melhoramento das terras, poços de água. No vizinho Sudão construíram-se fábricas de cimento e de cortumes, 400 estações de irrigação, lojas e habitações. No território árabe do triângulo geográfico da Etiópia, construiu-se o porto de Asab, o hospital de Harar e a faculdade de medicina. O porto de Misurati e a central termoeléctrica de Tripoli, bem como a abertura de poços no deserto — são só uma pequena parte do testemunho da presença dos construtores jugoslavas na Líbia.

Segue-se as centrais hidroeléctricas de Kafue e Kariba na Zâmbia, assim como condutores de alta tensão, hospitais e o aeroporto. A esta lista cabe acrescentar as actividades das empresas construtoras jugoslavas na Argélia, Tunísia e Marrocos. Duas centrais hidroeléctricas na Guiné e o Centro de Conferências em Uganda, bem como as centrais hidroeléctricas de Kpime e Togo, são igualmente motivos de orgulho para os construtores jugoslavas.

Como exemplo da colaboração das empresas de projectos e construção da Jugoslávia com os países da Ásia, podem enumerar-se trabalhos realizados na Índia, Paquistão, Bangladesh, Sri Lanka, Líbano, Jordânia, Iraque, Koweit, Birmânia, Camboja e Irão. Merecem referência especial as centrais eléctricas de Periyar, Yamuna e Il, Yaldhaka, Sholayar e Il, Kodayar, as centrais termoeléctricas Kalkote, Kandla, Kanpur, Barauni na Índia, ou ainda as centrais de Maskeliya Oya e Mohveli Ganga em Sri Lanka, ou Karkoti no Líbano e Yamuna e Akwab na Birmânia, ou Kiviram no Camboja e Mokabed no Irão. Os portos de Shitagong e Chalna no Bangladesh, os estaleiros em Rangun, Jakarta, Bombaim, Chitagon e as pontes através do Tigre e do Eufrates são também criações da técnica jugoslava.

Muitas obras merecem ser citadas — mas talvez fiquemos com uma ideia mais clara do volume desses trabalhos sabendo que as empresas jugoslavas realizaram na Ásia, no período de 1956 a 1974, trabalhos no valor de 798,8 milhões de dólares.

Um pequeno número de países, mas grandes projectos — isso é o que se constata quanto ao papel das empresas jugoslavas nos países da América Latina. Desde 1954 até 1974, as empresas jugoslavas realizaram ali obras no montante de 217 milhões de dólares. Se se observar a estrutura dessas obras, poder-se-á concluir que os jugoslavas contribuíram para a modificação do mapa geográfico desses países. Os construtores jugoslavas desviaram durante este ano o curso do rio Baiano e começaram os trabalhos da construção da segunda fase da grande represa para a central hidroeléctrica do mesmo nome, no Panamá. Desviou-se também o rio Chira no Peru, marco da construção do grande sistema hidroenergético. Construiu-se igualmente a central hidroeléctrica de Cobra Corral na Argentina, e uma refinaria de petróleo no Panamá, na costa do oceano Atlântico. Resumindo, a análise destes resultados leva à conclusão de que a Jugoslávia, dentro das suas possibilidades, deu uma importante contribuição para estimular o desenvolvimento social e económico em diferentes países em vias de desenvolvimento, e para a valorização da técnica e tecnologia locais.

**Feira Popular de Lisboa**

**Stand das edições Avante!**

**Actividades do Fim de Semana**

**SÁBADO-DIA 6** **DOMINGO-DIA 7**

**EXPOSIÇÃO VENDA**

**Alvaro Cunhal**  
Desenhos da Prisão

**FESTA DA CRIANÇA**  
Com a presença do actor José Viana

**SEGUNDA-DIA 8**  
**CANÇÃO E POESIA**  
Sessão de Autógrafos

**ARY DOS SANTOS**  
**FERNANDO TORDO**  
**ADRIANO**  
**C. DE OLIVEIRA**

**«POSTERS» • DISCOS • LIVROS**

# SÓ OS TRABALHADORES SOLUCIONARÃO A CRISE DO COMÉRCIO EXTERNO

Nenhum problema político e económico do nosso país encontrará a sua solução derradeira, a eficaz, sem a participação plena dos trabalhadores. No Comércio Externo, como em todos os outros sectores, as soluções verdadeiramente nacionais para a crise só podem ser encontradas com o controlo dos trabalhadores

Na mesma linha da ofensiva das forças da reacção interna e externa ao nosso processo revolucionário, situa-se, a nível do comércio externo, não só o boicote à cooperação de Portugal com os países socialistas e, em certa medida, com os países do Terceiro Mundo, mas ainda o boicote dos países capitalistas aos produtos portugueses e a contratos de índole financeira, com o nosso país.

O imperialismo jogou e continua a jogar no isolamento económico de Portugal para entrar no processo de emancipação nacional. Num primeiro momento foi o boicote frontal, declarado aos produtos portugueses, o encerramento de empresas, a quase destruição de indústrias - de que o exemplo mais significativo é a indústria electrónica - o lançar no desemprego uma mão-de obra que perdera a «docilidade» tão ao gosto dos exploradores. Depois subtilmente, avizinhou-se o momento dos contratos negociados e dos empréstimos concedidos sob condições como «a estabilidade da situação política», os cancelamentos previstos no caso de «distúrbios de natureza social» e outras precauções no género. Não poucos contratos foram cancelados, com terríveis prejuízos para a economia portuguesa, dado que os parceiros imperialistas consideravam a situação política perturbada. Um terceiro momento já se aproxima, o da «abertura», o momento da concessão de créditos na medida em que os países capitalistas têm razão para considerar a situação política «estabilizada». Não deixa de ser significativo e amplamente esclarecedor que o auxílio da CEE ao Governo Português se projecte essencialmente na prioridade a projectos de infraestruturas, antes de financiar projectos industriais. Isto porque a industrialização do país joga a favor da nossa independência nacional, fortalecendo a economia e favorecendo o aumento quantitativo e qualitativo da classe operária. Isto porque a industrialização do nosso país alteraria o facto de 80% do nosso comércio externo depender do imperialismo...

De qualquer modo, as soluções reais dos nossos problemas económicos e políticos jamais poderão ser obra de intervenientes estrangeiros por mais que alguns alimentem essas ilusões. No caso do Comércio Externo, do qual analisámos já as relações com os países socialistas, assim como em qualquer outro domínio, as soluções, as únicas eficazes, só poderão ser encontradas por e sob o controlo dos trabalhadores. Estas as questões que analisamos na continuação da nossa entrevista com o camarada José Mendes Correia, economista, que no V Governo desempenhou as funções de Secretário do Estado para o Comércio com os Países Socialistas.

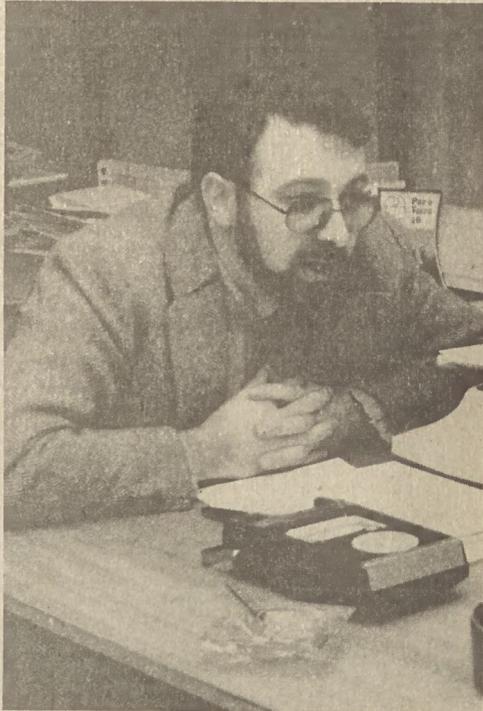
**AVANTE:** - O boicote dos países imperialistas a Portugal envolve uma estratégia política do imperialismo relativamente ao nosso processo revolucionário que se revela com tentativas de criar dificuldades profundas à economia portuguesa, acelerar o desemprego e sobretudo perpetuar a dependência do nosso país relativamente ao bloco imperialista. Ora este boicote tem-se feito sentir, mais agudamente, em determinados sectores da actividade económica?

**J. MENDES CORREIA** - Importa salientar que esse boicote é alimentado pelas declarações de personalidades responsáveis, inclusive ministros, que à imprensa estrangeira declaram que Portugal está à beira do caos, da ruína, da bancarrota. De uma maneira geral todos os sectores de actividade económica são atingidos pelas dificuldades provenientes do boicote. Mas há sectores nos quais estes problemas se fazem sentir de modo particularmente agudo. Refiro-me aos sectores que estavam fundamentalmente dependentes da exportação antes do 25 de Abril, porque os sectores que viviam parte do mercado interno, parte do mercado externo, foram muito menos afectados. Isto porque a política de favorecimento das classes mais desfavorecidas, o aumento dos seus rendimentos, possibilitou o alargamento do consumo e, a partir daí, minorizou-se, de certa maneira, as dificuldades que estas empresas sentiam a nível da exportação. É o caso da indústria de calçado, é o caso até certo ponto da indústria têxtil, mas aqui menos porque a percentagem de exportação era muito elevada; é também o caso da indústria de bens alimentares em que a crise na exportação se fez sentir com menos acuidade. As indústrias que estavam, fundamentalmente, dirigidas para a exportação como a electrónica, sofreram bastante mais com o agravamento da crise geral do capitalismo, - outro

factor que agudiza as nossas dificuldades económicas dada a nossa forte dependência, - e com as acções declaradas de boicote que nos tem sido movido.

## SÓ É EFICAZ UMA SOLUÇÃO INTERNA

«AVANTE!» - Encontramo-nos pois perante um boicote declarado dos países imperialistas que se revela a nível de comércio externo quer a outros níveis. É possível que perante a nova situação política esse boicote venha a assumir formas mais moderadas. Mas a solução para os nossos problemas de comércio externo estará dependente do exterior?



**J. MENDES CORREIA** - A solução dos nossos problemas de comércio externo é uma solução fundamentalmente interna. Grande parte do nosso défice da balança comercial deriva da importação de produtos agrícolas e, de uma maneira geral, de bens alimentares que em 1974, foram da ordem de 40% no total das importações. Cerca de 20 milhões de contos foram directamente para a compra de bens alimentares. A solução do problema do comércio externo é uma solução que consiste no aumento da produção. No Documento de Política Económica do VI Governo analisa-se este problema mas omite-se que uma das grandes vitórias da Revolução Portuguesa é o facto de, este ano, serem muito menores as importações de trigo. Essa é uma vitória que pode e deve ser alargada a outros produtos.

Por outro lado não só deveríamos não importar artigos supérfluos como ainda alargar esse procedimento a artigos que não são supérfluos, nós temos possibilidades de os produzir internamente. Como exemplo o caso dos têxteis. Vemos nas boutiques e lojas, luxuosos artigos de têxtil que a nossa indústria está em condições de produzir, obtendo-se assim um contributo para a solução dos problemas de comércio externo. Importamos, neste momento, cerca de um milhão de têxteis e relacionados. Era mais um milhão que ficava em casa, o que em relação ao défice representava cinco ou seis milhões que recuperávamos.

«AVANTE!» - O desvio de consumo de produtos importados para produtos nacionais será também uma das vias?

**J. MENDES CORREIA** - Sem dúvida. Trata-se sobretudo de confiar na resposta interna, na iniciativa e na imaginação criadora dos trabalhadores portugueses. A modificação de hábitos de consumo é um exemplo. Ultimamente tem-se assistido, isto para citar um caso, a uma considerável expansão do mercado nacional de conservas de peixe devido, precisamente, à iniciativa conjunta dos trabalhadores das fábricas que controlam ou que se encontram sob intervenção estatal, e à iniciativa dos trabalhadores dos supermercados, promovendo uma campanha para o aumento do consumo das conservas e promovendo o seu escoamento através da rede nacionalizada dos supermercados. As conservas portuguesas vão assim substituindo o consumo de conservas importadas. É um exemplo que pode e deve ser alargado a outros produtos.

Recapitulando, a solução do comércio externo é, pois, fundamentalmente interna: o alargamento da produção de produtos em que somos fortemente deficitários. A segunda via consiste no ataque imediato aos problemas concretos da balança comercial. Já indicámos algumas direcções desse ataque: desvio de comércio - como aconteceu com o petróleo -, fomento das nossas exportações, nomeadamente para países onde já importamos como é o caso do Iraque; finalmente o ataque às importações de bens supérfluos e de produtos que podem ser substituídos pela produção interna. Digamos que temos aqui meios para contribuir bastante para a resolução dos nossos problemas de comércio externo. É natural que estas vias, apesar de decisivas, não resolvam a 100% o problema. Neste sentido há que pôr o problema dos empréstimos externos sempre bem vindos desde que desligados de condição política ao contrário das que nos oferece o Mercado Comum.

## É INDISPENSÁVEL O CONTROLO DOS TRABALHADORES

«AVANTE!» - E possuímos estruturas capazes de enquadrar essas soluções?

**J. MENDES CORREIA** - Aí bate o ponto. Estas possibilidades só podem ser totalmente eficazes se

forem encaminhadas através de uma estrutura que não possuímos neste momento. Não temos, por exemplo, estruturas adoptadas ao comércio com os países socialistas. Os países socialistas têm geralmente uma central de compras e nós temos 10,20, às vezes 100 empresas a vender, portanto existe um grande poder comercial de um lado e uma grande dispersão do outro. Mas para além do problema comercial não é operacional juntar muitas empresas para romper visando a importação rápida dos nossos produtos.

Mais uma vez neste domínio têm sido os trabalhadores a tomar iniciativas decisivas. Ao contrário do aparelho de Estado ao qual deveria competir a criação dessas estruturas, os trabalhadores têm avançado com iniciativas que suprem de momento a falta de estruturas, procurando comprar e vender ao mesmo tempo, procurando, já com alguns êxitos, trocas equilibradas.

«AVANTE!» - E quanto à nacionalização do comércio externo, algumas vezes apontada como a solução essencial para a resolução dos problemas do sector?

**J. MENDES CORREIA** - Neste momento, a nacionalização do Comércio Externo total, abrupta, seria uma solução que não teria em conta a realidade do nosso país. Nacionalização do comércio externo sim, para aqueles sectores que estão maduros para essa medida, para os sectores onde a nacionalização representa um avanço. Por exemplo, nos casos dos cereais, do açúcar e de outros produtos, em que já existe uma certa centralização mesmo desde o regime fascista, concretamente exercida através dos organismos outrora chamados de coordenação económica, as coisas estão amadurecidas para a centralização das operações comerciais. Por outro lado, existem já domínios do comércio externo nacionalizados na medida em que já estão nacionalizados alguns sectores da nossa indústria, nomeadamente o petróleo. Mas de uma maneira geral, os sectores da indústria pesada, os que atingiram um elevado grau de concentração e de centralização monopolista antes do 25 de Abril, estão maduros para uma nacionalização do comércio externo. Para outros sectores pulverizados como os têxteis, como o calçado e como muitos outros, não me parece que seja essa a via imediata. Parece-me antes, ser urgente que se criem as estruturas de comércio externo que penetrem em mercados dos países socialistas e dos países do chamado Terceiro Mundo. Nacionalizar comércio externo, por exemplo dos têxteis para todo o mundo, seria mais um argumento para um boicote acrescido dos países capitalistas. O problema decisivo é o controlo do Comércio externo, controlo esse que, em alguns casos, pode e deve ser a nacionalização e, noutros, será a criação de estruturas que favoreçam esse comércio externo. O controlo dos trabalhadores, o controlo democrático para que se ultrapassem as dificuldades que existem, neste momento, em relação ao comércio com os países socialistas e com os países do Terceiro Mundo. É urgente pois, assegurar o controlo do aparelho do Estado, em alguns casos, e sempre, o controlo dos trabalhadores.

## REACÇÃO INVESTE CONTRA CASA DO DOURO

Aproveitando-se da viragem à direita, os caciques reaccionários do Douro pretendem sanear os elementos progressistas da Comissão de Gestão da Casa do Douro

Depois de 1 de Junho os pequenos agricultores viram na Comissão de Gestão da Casa do Douro elementos progressistas então nomeados pelo IV Governo com apoio do MFA.

Actualmente, aproveitando-se da presença do VI Governo de forças reaccionárias e de direita, os caciques do Douro e os chefes de Gaia pretendem dar um golpe na Casa do Douro saneando esses elementos progressistas.

Integrada em toda a ofensiva reaccionária contra o avanço da revolução, os exportadores e grandes produtores vão lançando a sua campanha; assim o Dr. Roseira na A. Constituinte, cada vez menos preocupada na feitura da Constituição, foi dizendo que «o SADA (Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Agrário) não volte ao Douro... enquanto se anunciam investimentos de milhares de contos nas Adegas Cooperativas onde continuam a mandar os ladrões de sempre!

Num comunicado distribuído na Região do Douro os Pequenos Agricultores Unidos (PADU) alertam todos os pequenos viticultores do Douro para estes factos e denunciam alguns dos caciques locais:

O Sr. Pimentel, de IVP e grande produtor, o seu filho funcionário da Sandeman, os «patões» das Cooperativas, Donas Botto, Mesquita Montes, Dolores, Marco Aurélio, solicitadores e arquitectos, os representantes das casas exportadoras como Álvaro Roberto da Sandeman, o grande produtor da ex-Direcção e ex-Comissão Liquidatária Eng. Martinho, os grandes proprietários, como o Calado de Trevões, o Comenda de Fontelas, etc., etc., não queriam que se descobrisse as vigarices e negociatas em que todos eles andaram e andam metidos. Não queriam que se denunciasses as centenas de pipas de vinho que tinham benefício indevidamente, como é o caso das 50 pipas do Eng. Martinho. Não queriam que se soubesse que são ilustres defensores do Douro (salvo seja) são também defensores acérrimos das Casas Exportadoras como é o caso do Sr. Pimentel que esteve ao lado dos Exportadores na baixa do preço das uvas e mostos da recente vindima. Não queriam que se averiguasse da fabricação ilegal de aguardente pelo Champalimau e da existência de outros mixordeiros. Não queriam que se conhecesse a política de protecção aos grandes produtores feita por alguns dos dirigentes das Adegas Cooperativas e respectiva União com prejuízo dos pequenos, como se pode ver pela acção do Pelotas e do ex-ANP Donas Botto.

Mais adiante afirmam os pequenos agricultores do Douro: Até 1 de Junho os que se apresentam como «salvadores, o Roseira, o Pelotas, o Eng. Martinho, etc. estiveram nas Comissões Liquidatárias e de Reestruturação perguntando-se, o que fizeram? A resposta é simples, nada ou melhor conduziram um financiamento feito ao vinho de colheita de 1973 apenas para os sócios das Cooperativas, deixando assim de fora milhares de pequenos viticultores. E é verdade chefiaram o assalto à Casa do Douro no dia 1 de Junho de 1975!

Dizendo que «os comunistas iam assaltar a Casa do Douro» tentaram enfiar os representantes dos capitalistas de Gaia e os caciques da região na Comissão de Gestão.

Os outros, que eles dizem querer «assaltar a Casa do Douro» dinamizaram todo o trabalho de criação da Comissão de Freguesia e da constituição do Conselho Agrário Regional. Conseguiram apoio económico para o escoamento e financiamento do vinho de pasto e generoso de 1974. Trabalharam para que os pequenos lavradores não fossem prejudicados com os despedimentos pelos ladrões de Gaia. Procederam à moralização da atribuição do benefício e foi assim que foram detectadas cerca de um milhão de pipas que eram beneficiadas sem terem direito a tal. São estas pessoas honestas e dispostas a defender o Povo Trabalhador que os reaccionários querem «sanear»!

E o comunicado do PADU termina perguntando se «vamos deixar que para cá do Marão mande a reacção?» e exorta os pequenos viticultores a escrever cartas ao Primeiro Ministro se tais saneamentos se verificarem, a exigir o saneamento das Adegas Cooperativas, a expulsar os grandes agrários dos postos que ocupam, e que sejam publicados em comunicado da Casa do Douro os nomes de todos os que tinham sido indevidamente beneficiados.

E, aos pequenos e médios viticultores do Douro, que são mais de 90% dos viticultores da região, afirmam: Não podemos ficar de braços cruzados. Pela primeira vez na Casa do Douro havia gente capaz de servir e defender os nossos interesses. Exijamos que na Comissão de Gestão fiquem pequenos produtores e pessoas honestas.

# CONTRA A POLÍTICA ANTI-OPERÁRIA

Operários têxteis do distrito de Braga opõem-se firmemente à política anti-operária que, neste como noutros sectores de actividade, põe em causa o futuro de milhares de famílias

A crise da indústria têxtil, que põe em risco o futuro de milhares de trabalhadores, é essencialmente provocada pelas difíceis condições herdadas e pelas manobras de sabotagem perpetradas pelos capitalistas. Recentemente, com a viragem permitida à direita, veio a tentativa por parte dos patrões da têxtil de recuperarem posições e prosseguirem na exploração desenfreada a que estavam habituados.

Contra isto, levanta-se o operariado têxtil quer organizando-se progressivamente no interior das empresas, quer discutindo colectivamente os seus problemas. No passado dia 23, num plenário convocado pelos sindicatos têxtil e vestuário de Braga, realizado no Pavilhão Gimnodesportivo de Guimarães, em que participaram cerca de 1200 trabalhadores de todo o distrito, muitos dos quais delegados sindicais, foi aprovada a seguinte moção, a enviar ao Presidente da República, ao Secretário das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa e aos órgãos de informação:

Nós vemos o secretário de Estado do Trabalho a marcar um encontro com trabalhadores do vestuário, obrigando-os a passar uma noite inteira no Ministério para conseguirem ser recebidos. Nós vemos ainda o patronato, desde há cerca de dois meses a fazer despedimentos sem justa causa e a levantar a cabeça com a arrogância que os trabalhadores não bem conhecem do tempo do fascismo. E por estes constantes atentados aos direitos dos trabalhadores que não nos pode ser indiferente um governo que brinca com o pão de 300 mil famílias e um outro que venha verdadeiramente defender os seus reais interesses que são os interesses de todos os trabalhadores. Solidarizamo-nos com todos os trabalhadores do nosso país, como

os da Cintura Industrial de Lisboa, afinal irmãos na mesma luta, cujo exemplo não deverá nunca servir para nos dividir mas sim para nos unir na defesa de uma vida melhor e mais feliz para os trabalhadores de Portugal.

Entretanto, para discutir toda esta situação realizaram-se reuniões em diversas fábricas.

## GRANDE MANIFESTAÇÃO EM GUIMARÃES

Dentro deste espírito foi ainda decidida a convocação duma grande manifestação que veio a ter lugar no passado sábado em Guimarães e que contou com grande participação de operários têxteis de todo o distrito ali acorrendo a demonstrar e a deixar bem clara a sua posição, que viria a ser expressa na seguinte moção, aprovada unanimemente:

Considerando que a actual situação política se agravou e o seu agravamento trouxe medidas que prejudicam os Trabalhadores, como é o caso do congelamento dos salários e a suspensão de toda a contratação colectiva de Trabalho, contrariando assim o espírito do glorioso 25 de Abril que tinha em

vista pugnar pelas classes trabalhadoras;

- Considerando que as Libertades Sindicais têm sido ameaçadas, que dirigentes sindicais são assassinados, que delegados sindicais são suspensos, que instalações dos sindicatos são assaltadas sem que as autoridades tomem as medidas mais elementares de defesa;

- Considerando que o patronato não paga à Caixa de Previdência, continuando impune, pondo em perigo o recebimento dos Abonos de Família e demais regalias vindas desta Caixa;

- Considerando que o patronato continua sabotando a economia e as finanças das empresas, atrairdo com operários para o desemprego;

- Considerando que os processos de conflitos de trabalho continuam nas gavetas, esperando os trabalhadores meses e meses;

- Considerando que há sectores da Indústria em crise que a não serem tomadas medidas serão lançados no desemprego alguns milhares de trabalhadores;

- Considerando que há Ministérios que já foram alertados para os graves problemas existentes, nomeadamente os Ministérios do Trabalho, da Justiça, do Comércio Interno e do Comércio Externo; Exigimos a V. Ex.ª que tome medidas tendo em conta as legítimas aspirações das massas trabalhadoras.

# MOTORISTAS CONTRA LACAIS DO PATRÃO

Trabalhadores de transportes do Norte denunciam direcção sindical composta por servos do patronato

Motoristas do distrito do Porto denunciam a direcção do seu Sindicato como fazendo o jogo dos patrões, acordando cláusulas que são um autêntico atentado às nossas justas aspirações, propondo ao patronato coisas que nem ele próprio teria a coragem de propor. Reportam-se a um ofício em que esta curiosa direcção sindical de lacaios do patronato se mostra muito preocupada com o facto de os patrões não poderem pagar os salários acordados e se mostra disposta a aceitar redução de

despedimentos acordou com os patrões e sem cerimónia que:

Sempre que se suscitem graves condicionalismos económicos no seio da empresa que justifiquem semelhante medida, mormente quando esteja em jogo a sua sobrevivência, será ilícito às entidades patronais reduzir a retribuição dos trabalhadores ou reduzir o tempo de trabalho e a correspondente retribuição, e ainda mais três parágrafos na mesma linha de defesa dos interesses dos patrões, pois querendo fazer parecer que impõem condicionalismos a tais medidas mais não são que o mascarar o problema não impedindo que na prática os patrões recorram ao citado parágrafo para o que lhes apetece.

Motoristas do serviço público, perante esta situação e em reunião, exigem a revogação imediata das cláusulas desfavoráveis aos motoristas e que só servem aos patrões, dizem não ao aumento de tarifas e aos despedimentos, batendo-se pela continuação das negociações com ou sem patrões.

## ANIMAÇÃO CULTURAL UMA TAREFA REVOLUCIONÁRIA

A realização de um Curso de Animadores Culturais que, numa iniciativa da INATEL e do FAOJ, se realizou durante três semanas, destinou-se sobretudo, segundo afirmou o Secretário de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar, a criar «agitadores de problemas fundamentais que dizem respeito ao nosso povo e o vão despertando e fazendo avançar no processo irreversível da nossa Revolução».

Este curso, como aliás a actividade que irão desenvolver os animadores culturais, baseou-se no princípio da insuperável importância do estímulo da criatividade das massas populares com o objectivo de as consciencializar.

Esta iniciativa, dado fundamental e quase único, se exceptuarmos o trabalho anteriormente realizado a nível militar, no panorama de uma política cultural revolucionária, corresponde a uma necessidade básica de qualquer processo revolucionário - esclarecer, a todos os níveis, as massas populares, sem imposição de quaisquer esquemas fora das suas vivências e necessidades colectivas, mas pelo contrário, lançando as bases e criando as condições para que a poderosa capacidade criadora das massas populares, se desenvolva livre e revolucionariamente.

Esta iniciativa assume, deste modo, um carácter revolucionário que, incompreensivelmente, não tem sido apoiado a nível governamental, o que poderá comprometer seriamente a criação de uma cultura ao serviço das mais amplas massas populares, ao serviço da Revolução, ao serviço da construção do socialismo.

De qualquer modo, e para além dos obstáculos, as bases estão lançadas e as tarefas de animação cultural lançarão certamente profundas raízes. O contacto directo dos animadores recentemente formados com amplas camadas do nosso povo irá enriquecer extraordinariamente a capacidade daqueles que, generosa e revolucionariamente, hoje se dedicam ao trabalho de animação cultural.